

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

RENATA LIPIA LIMA

Do livro de Maquiavel ao banco de dados de Manovich:
a evolução das formas de hegemonia a partir dos suportes informacionais

São Paulo
2021

RENATA LIPIA LIMA

Do livro de Maquiavel ao banco de dados de Manovich:
a evolução das formas de hegemonia a partir dos suportes informacionais

Versão Corrigida

(versão original disponível na Biblioteca da ECA/USP)

Dissertação apresentada à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Ciências da Comunicação.

Área de Concentração: Ciências da Comunicação.

Linha de Pesquisa: Comunicação, Redes e Linguagens: Objetos Teóricos e Empíricos.

Orientação: Prof. Dr. Anderson Vinícius Romanini.

São Paulo

2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados inseridos pelo(a) autor(a)

Lima, Renata Lípia

Do livro de Maquiavel ao banco de dados de Manovich: a evolução das formas de hegemonia a partir dos suportes informacionais / Renata Lípia Lima; orientador, Anderson Vinicius Romanini. - São Paulo, 2021.

84 p.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação / Escola de Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo.

Bibliografia

Versão corrigida

1. O Príncipe. 2. Formas de hegemonia. 3. Suportes informacionais. 4. Banco de dados. 5. Big Data. I. Romanini, Anderson Vinicius. II. Título.

CDD 21.ed. -

302.2

Elaborado por Alessandra Vieira Canholi Maldonado - CRB-8/6194

LIMA, Renata Lipia.

Título: Do livro de Maquiavel ao banco de dados de Manovich: a evolução nas formas de hegemonia a partir dos suportes informacionais.

Dissertação apresentada à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências da Comunicação, 2021.

Aprovado em: _____ / _____ / _____

Banca examinadora.

Prof. Dr. Anderson Vinicius Romanini, Orientador.

Instituição: Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo.

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof (a) Dr.(a):

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof (a) Dr.(a):

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

À minha família, parte substancial do que sou.

AGRADECIMENTOS

Ao meu generoso orientador, Professor Dr. Vinícius Romanini, que desde os tempos de especialização tem me dado apoio e as diretrizes necessárias para o desenvolvimento dessa pesquisa. Pela paciência e por nunca se cansar, obrigada.

Ao meu marido, Eduardo Queiróz Vieira, por ser a concretização do amor e do apoio na minha vida. Por ser uma das partes mais bonitas que tenho em mim. Por todo dia, obrigada.

Aos meus pais, Valdir Lima e Elvira Rodrigues, por serem a maior referência de caráter que tenho. Por serem inspiração para a construção de dias melhores. Por tudo, por sempre, por tanto – obrigada.

Aos meus familiares, que são certeza de risadas, de luz e de amor.

Aos meus companheiros de PPGCOM, os amigos que o SemioData me deu, Márcia Ohlson – a capitã do time, Rebeqa Figueiredo e Pedro Caldas, pela inspiração, leveza e troca de ideias, obrigada.

Agradeço aos professores Eugênio Bucci e Rafael Grohmann, pelas valiosas contribuições feitas no exame de qualificação dessa dissertação.

Às professoras e professores da Escola de Comunicações e Artes da USP, em especial à Professora Daniela Osvald, pela partilha de conhecimento e por todos os aprendizados, obrigada.

À Fundação Osesp, pelo irrestrito apoio durante esses anos. Aos amigos de jornada: Fabiana, Alexandre, Mariana, William, Gabriela e o amado departamento educacional, por serem fôlego e esteio, obrigada.

À Universidade de São Paulo, pela oportunidade de mais uma formação, obrigada.

“Se existe algum truismo na história da comunicação humana é o de que qualquer inovação nos meios externos de comunicação traz no seu rastro choque sobre choque de mudança social”

(Herbert Marshall McLuhan)

RESUMO

LIMA, R. L. **Do livro de Maquiavel ao banco de dados de Manovich: a evolução das formas de hegemonia a partir dos suportes informacionais.** Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2021.

A pesquisa investiga por intermédio do conceito teórico do *Príncipe* as formas de organização da sociedade e a evolução nas formas de hegemonia. O livro, a televisão e o banco de dados, são os suportes informacionais analisados com o objetivo de compreender como o processo comunicacional e a mídia são instrumentos da sociedade na confrontação das ideias, na direção moral, intelectual e na orientação para as disputas sociais existentes. Também propomos uma abordagem a respeito da Ideologia, com o objetivo de entender o cenário que participamos e atuamos, de forma geral. A leitura e a linguagem são os fios condutores desse processo e perpassam toda a pesquisa revelando como as estruturas de poder são fundamentadas. A partir da análise comparativa dessas obras, discorreremos também sobre o impacto cognitivo dos suportes informacionais e como o *Big Data* e a Inteligência Artificial têm fundamental importância na tentativa de interpretação das sociedades hipermodernas.

Palavras-chave: O Príncipe. Formas de hegemonia. Suportes para informação. Transcodificação cultural.

ABSTRACT

LIMA, R. L. **From Machiavelli's book to Manovich's database:** the evolution of hegemony forms based on informational supports. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2021.

The research investigates, through the prince's theoretical concept, the forms of organization of society and the evolution in the forms of hegemony. The book, television, and the database are the informational supports analyzed in order to understand how the communication process and the media are society's instruments in the confrontation of ideas, in the moral and intellectual direction, and in guiding the existing social disputes. We also propose an approach regarding Ideology, to understand the scenario in which we participate and act, in general. Reading and language are the conductors of this process and permeate the entire research, revealing how power structures are based. From the comparative analysis of these works, we also discuss the cognitive impact of informational supports and how Big Data and Artificial Intelligence are of fundamental importance in the attempt to interpret hypermodern societies.

Keywords: The Prince. Forms of Hegemony. Informational support. Cultural transcoding.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. O AMBIENTE AFETA A TODOS	16
1.1 O Príncipe de Maquiavel	18
1.2 O <i>Príncipe Eletrônico</i> de Octavio Ianni	20
1.3 O <i>Príncipe Digital</i> de Maíra Bittencourt	23
2. O LIVRO, A TELEVISÃO E O BANCO DE DADOS	27
2.1 O <i>Príncipe</i> livresco	29
2.2 O Príncipe Eletrônico e a instância da imagem ao vivo	31
2.3 A transcodificação cultural e o banco de dados de Lev Manovich	35
2.4 O constructo social das narrativas	43
3. IDEOLOGIA, HEGEMONIA E ALGORITMOS.....	45
3.1 Ideologia – uma abordagem	45
3.2 Linguagem e inconsciência, signo e ideologia.....	46
3.3 Hegemonia e Algoritmos.....	51
4. O PRÍNCIPE DIGITAL NA ERA DO <i>BIG DATA</i>.....	59
4.1 Computação cognitiva e a comunicação.....	61
4.2 Leitura e fruição do texto em tempos de <i>Big Data</i>	63
4.3 Comunicação Algorítmica?.....	68
4.4 Novas formas de comunicação, novas formas de dominação	70
CONCLUSÃO.....	74
REFERÊNCIAS.....	79

INTRODUÇÃO

O Príncipe foi escrito por Nicolau Maquiavel, em 1532, como um guia de instruções para o governante exercer a liderança, a hegemonia e a soberania. Em 1999, Octavio Ianni revisitou o postulado de Maquiavel e desenvolveu a formulação do *Príncipe Eletrônico*, concentrando-se na explicação da sociedade midiaticizada pela comunicação de massa. Máira Bittencourt, em 2016, trouxe o *Príncipe Digital*, como uma variante do *Príncipe* de Ianni, iluminando a forma como, na era das redes digitais, estão estruturadas as categorias Poder, Hegemonia e Liderança, pilares de todos os modelos teóricos de príncipes existentes, até então.

Fundamentados na perspectiva apontada por Bittencourt, recorreremos a Lev Manovich e seu entendimento sobre a relação entre banco de dados e narrativas, para alcançarmos como essa conexão pode impactar na forma de compreensão e atuação no mundo nos dias de hoje. O banco de dados trouxe uma nova lógica de organização estrutural e de encadeamento dos eventos. O cotidiano intermediado pelo número inaugurou um novo paradigma (MANOVICH, 2015a). Os meios agora são programáveis e podem ser modificados automaticamente. Por isso também, por meio das métricas, conseguimos programar e eleger, mas também excluir e segregar um determinado público.

Pretendemos, a partir da análise comparativa dessas obras, entender os fundamentos estruturantes e as hegemonias correlatas a cada sociedade mencionada, e os conceitos sociopolíticos que as sustentam. Ademais, tentaremos identificar qual forma (ou formas) de comunicação era utilizada por cada príncipe e de que maneira a leitura e a linguagem podem impactar na absorção da informação.

Perceber os elementos que compõem este embate, tendo em vista o novo e nebuloso território do mundo conectado em rede – online – confere ao *Big Data* fundamental importância na tentativa de interpretação das sociedades hipermodernas. A busca pela hegemonia e a descoberta de seus meandros no território virtual tornam a disputa ainda mais acirrada e obscura, uma vez que ainda estão sendo descobertos seus padrões – que por sua vez transformam-se de maneira muito veloz.

Nos conceitos desenvolvidos por Marshall McLuhan, encontramos o esteio para entender as relações entre a emergência de técnicas e a correlata transformação dos modos de percepção (ou das estruturas da sensibilidade). A maneira como McLuhan aborda a questão da técnica nos interessa, particularmente, pelos impactos que demonstram trazer na compreensão dos elementos que organizam o constructo social.

As consequências destas mudanças, conforme descritas na obra *Visão, Som e Fúria*, (MCLUHAN, 2005) principalmente no que respeita a relação entre a comunicação mediática e a forma como as experiências são construídas, são pressupostos importantes de termos em mente e das quais não podemos desviar, por qualquer razão teórica. Ao assumir os possíveis impactos dos aparatos técnicos na história cultural, o autor explica como uma tecnologia pode se tornar fixa.

Observar as nuances desses processos, como essas forças se posicionam, agem e, acima de tudo, como os meios de comunicação têm, neste sentido, um papel notável no esforço permanente de convencimento e formatação social é o propósito que pretendemos desenvolver. Faz-se importante ressaltar que, diante das novíssimas formas de nos comunicarmos, das avançadas tecnologias que dispomos para esse fim, é possível que exista uma nova forma de empreender o sentido hegemônico em nossa sociedade.

Ponto de apoio importante do trabalho é o entendimento de Antonio Gramsci sobre hegemonia. Nos *Cadernos do Cárcere*¹, Gramsci define a hegemonia como a capacidade de um Estado ou de um grupo social em apresentar-se como portador de interesses gerais e de convencer que se tratam, de fato, de interesses comuns. A ênfase recai aqui no caráter consensual dos valores defendidos pelo grupo social hegemônico, conquistado a partir do convencimento, que denota um jogo de consentimento e força, muito bem equilibrado (GRAMSCI, 1999).

É possível perceber que o equilíbrio se refere às forças em tensão e em repouso, obtido pela ampla capacidade de induzir, persuadir e cativar. Não por acaso, Gramsci se dedicou muito ao entendimento de Maquiavel como forma de compreender a tessitura de poder das potências sociais atuantes.

Ainda sobre hegemonia, é também esforço dessa dissertação mostrar como o próprio jogo denunciado por Gramsci ganhou novos contornos e engendramentos. A superestrutura, ao contrário do que é muitas vezes apontado pela literatura, não fica mais numa camada superior sendo determinada pela infraestrutura: a força corrente parece ter uma chave subterrânea, misteriosa, opaca, difusa, como sua espinha dorsal. Discorreremos com os detalhes que a máxima merece no segundo capítulo do trabalho.

¹ Os *Cadernos do Cárcere* são uma coleção de 29 cadernos de tipo escolar escritos por Antonio Gramsci no período em que esteve prisioneiro na Itália, entre 1926 e 1937. Constituem uma das obras mais importantes da teoria política corrente, pois, entre outras coisas, são fonte de conceitos e expressões do nosso vocabulário cotidiano como “intelectual orgânico”, “hegemonia”, “sociedade civil” e outros.

O atual poder algorítmico e do *Big Data* é notável. Tão notável quanto o vulto de poder que se formou em torno de seu sustento, da capilarização de suas práticas e justificativas em torno de seu uso. Seja para qual finalidade for, utilizar das técnicas de mineração e cooptação de dados, de inteligência artificial, é o que há de mais recente. E tanta novidade, imersa em mistério em torno de desenhos, números e seus conjuntos de métodos, tem nos deixado socialmente míopes diante das consequências possíveis – apesar de tantas outras já constatadas.

Assim, é também propósito investigar como a hegemonia algorítmica, que parece ser a força corrente, tem lançado suas armas na busca da persuasão e direcionamento moral e cultural de nossa sociedade. Quem cede o quê para que nós possamos usufruir de todos os benefícios prometidos pelo avanço tecnológico?

Deste modo, começaremos o trabalho recuperando a conceitualização da formulação teórica do *Príncipe*, numa cronologia pensada a partir do impacto gerado por cada suporte informacional. Por isso, há um espaçamento temporal não regular, mas que evidencia como a história cultural, os hábitos e códigos arraigados culturalmente, que atravessam um grande arco temporal, seguem permeando costumes e práticas por longos períodos. Tal ancoragem teórica nos permite, inclusive, entender como um conceito do século XVI perpassa toda a história moderna e pode auxiliar, ainda hoje, no entendimento do impacto cognitivo propiciado pelos suportes informacionais.

A partir do pressuposto maquiavélico – e utilizar o termo maquiavélico já tem em si um peso no nosso imaginário compartilhado – é possível observar o conjunto de normas, práticas e códigos que foram empenhados por cada Príncipe, nesse recorte mencionado, em busca da disseminação e formatação de padrões, crenças e concepções.

Avançaremos no propósito discorrendo sobre a linguagem e suas formas de atuação social, sem perder de vista o objeto dessa pesquisa. Assim, a partir do estabelecimento conceitual de hegemonia e ideologia, investigaremos como essa trama é evidenciada pela lógica algorítmica. A transcodificação cultural, termo cunhado por Lev Manovich (2000), é uma formulação teórica importante nesse debate.

O último capítulo aborda, tendo em conta todos os pressupostos expostos nos capítulos anteriores, a hegemonia do *Príncipe Digital* na era do grande volume de dados, do tempo que anuncia uma nova realidade para daqui a pouco. A forma de absorver e cooptar informações poderá impregnar e determinar nossa vida cotidiana de maneira que, ainda não sabemos, se definitiva. A Inteligência Artificial é o expoente dessa nova fase e que envolve um agrupamento de várias tecnologias, como redes neurais artificiais, algoritmos, sistemas de aprendizado, entre

outros que conseguem simular capacidades humanas ligadas à inteligência. Por exemplo, o raciocínio, a percepção de ambiente e a habilidade de análise para a tomada de decisão, são técnicas que ameaçam nossa autonomia em rede e fora dela?

É importante pontuar que a maior parte da produção dessa dissertação se deu no contexto de pandemia de COVID-19, com necessidade de distanciamento social – a fim de reduzir a possibilidade de contágio e na tentativa de conter o avanço do vírus. O mundo se viu, num curtíssimo espaço de tempo, interagindo de forma muito mais intensa e constante intermediado pelas telas. O teletrabalho² foi adotado por 46% das empresas brasileiras; incontáveis aulas foram lecionadas com o auxílio dos aplicativos de reunião on-line; diversos serviços e comércios migraram seu atendimento para as plataformas digitais, entre tantos outros exemplos possíveis de serem citados. A discussão a respeito do acesso desigual à tecnologia, ao tráfego de dados pessoais, vazamentos de informações, das nossas práticas e trabalho intermediado por aplicativos e das implicações da hiperconectividade entraram, assim, na ordem do dia.

Por isso, entendemos que nossa discussão é relevante não só como forma de compreensão do contexto que estamos inseridos e a disposição dos agentes, mas também no posicionamento crítico diante das grandes corporações e das novas “obrigações” que o mundo conectando em rede impõe aos que dele participa.

Contaremos nesse intento com importantes teóricos que nos auxiliarão nos propósitos supracitados. Considerando os já anunciados pelo título do trabalho: Maquiavel, com o conceito teórico imprescindível para essa pesquisa; e Lev Manovich, com as significativas observações sobre o papel social do número, o algoritmo, seu impacto cognitivo e o constructo social que o envolve. Antonio Gramsci e a concepção a respeito da hegemonia e seus processos é um norte importante dessa investigação. Marshall McLuhan trouxe notáveis definições sobre como o suporte informacional tem influência direta na maneira como transmitimos mensagens, sobretudo, o que transmitimos a partir deles. Octavio Ianni, Máira Bittencourt, Muniz Sodré, Eugênio Bucci e Vinicius Romanini trazem elucidações e apreciações basilares para essa pesquisa.

Aproveito o espaço para salientar que um tema tão recente quanto o *Big Data* e as implicações da Inteligência Artificial, obriga-nos a apreciar suas questões dos mais variados pontos de vista e técnicas: recurso fundamental para abordar um assunto transversal e com impactos de toda ordem em nossas vidas. Ter participado dos encontros do grupo de estudos

² Pesquisa desenvolvida pela Fundação Instituto de Administração (FIA) e divulgada em matéria de Daniel Mello (2021) para a Agência Brasil.

SemioData foi de suma importância para ampliar as possibilidades de discussão sobre esse ponto.

Pesquisar a dimensão cultural da comunicação, a partir de seus aparatos midiáticos, revela elementos importantes da contemporaneidade. Para Raymond Williams (2011), a cultura é uma categoria-chave que conecta tanto a análise literária quanto a investigação social, capaz de expor conflitos e tensões que permeiam e subsidiam a produção de sentidos.

Ocorre que, nos dias de hoje, estamos socialmente interconectados em redes de informação, as fronteiras de nossa coletividade se tornaram fluidas, dando à cultura uma natureza híbrida, num processo que Octavio Ianni chamou de transculturação. Para ele, “a história dos povos e coletividades, das nações e nacionalidades, ou das culturas e civilizações” pode ser interpretada como uma “história de um amplo processo de transculturação”, que ele define:

O complexo de enigmas e contrapontos que constituem a ocidentalização do mundo, tanto quanto a orientalização, a africanização e a indigenização, esse complexo desenvolve e multiplica os processos socioculturais, econômicos e políticos que conformam a transculturação manifesta em todas as partes do mundo. Esse é o complexo de enigmas e contrapontos que desenvolve as identidades e alteridades, tanto quanto as diversidades e desigualdades que configuram a pluralidade dos mundos (IANNI, 1999, p. 105).

Essa pluralidade está em mutação constante, num terreno onde coexistem e conflitam essas diversidades e desigualdades. Hoje, acrescentamos a essa leitura a supressão do tempo e do espaço, a virtualização e a financeirização das instituições do capital, mas com a mesma lógica de antes: como resultado de conquista, interdependência, acomodações, cerceamentos e, ao final, transfigurações socioculturais (IANNI, 1999).

Assistimos à emergência de dilemas contemporâneos que exigem novas interpretações. Neste novo momento, a realidade histórica e a realidade simbólica interagem de maneira dinâmica, assinalando uma ruptura de sentido no que respeita a sociabilidade contemporânea: na era da instantaneidade, novas estratégias de ação e de intervenção são experimentadas no plano da vida pública e da vida privada.

A interconexão dos meios de comunicação nos leva a experimentar outros níveis de percepção, compreensão e intervenção na realidade histórica. Este cenário, formado pelos impressos, audiovisuais e meios interativos, auxilia-nos a compreender como os indivíduos, se reconhecem e se identificam nas representações e simulacros gerados por essas novas redes de comunicar.

A discussão que aqui nos dispomos a promover relaciona algumas das consequências das transformações econômicas, tecnológicas e sociais que estão em curso, buscando enxergar pontos referenciais de compreensão da nossa sociedade.

1. O AMBIENTE AFETA A TODOS

O filósofo canadense Marshall McLuhan (1911-1980), no intuito de analisar e explicar os fenômenos dos meios de comunicação e o seu papel na sociedade, expôs em uma de suas principais obras, *Understanding Media: the extensions of man* (1964), a expressão "o meio é a mensagem" como metáfora para a sociedade contemporânea. Ele defendeu que "a mensagem é o próprio meio", e a maneira pela qual o conteúdo é transmitido provoca mudanças comportamentais e sociais nos indivíduos (MCLUHAN, 1964, pp. 21-38).

A grande inflexão nas proposições de McLuhan foi declarar que o meio fosse em si um elemento fundamental da comunicação. Não apenas o canal de passagem como um veículo transmissor, mas um suporte midiático que, independentemente do conteúdo, possuía suas próprias características e, por consequência, seus efeitos específicos. Dessa forma, uma eventual transformação do meio poderia ser mais determinante do que uma transformação no conteúdo, evidenciando que, mais importante do que a mensagem, seria o modo como estaria sendo transmitido o argumento (MOTA, 2017).

McLuhan questionou³ a relativa obsessão que tínhamos com o conteúdo que, segundo ele, era resquício da já ultrapassada cultura letrada, e que se tornava necessário nos adequarmos à fase eletrônica, enfatizando a necessidade de centralizarmos nossas atenções no meio - que altera, modifica e influencia os modos de compreensão da mensagem. Ele categorizou a evolução das mídias em três fases (BOFF, 2013). A saber:

A) Fase oral: Toda comunicação era fundamentalmente feita pela fala (dita ou escutada), o que tornava o conhecimento restrito a algumas pessoas. No entanto, existiam capacidades de modulações infinitas e diversos sentidos eram explorados ao mesmo tempo, o que deu aos participantes desta cultura proximidade entre si e com as coisas.

B) Fase tipográfica: A cultura tipográfica ou visual, marcada pela prensa de Gutenberg, caracteriza as sociedades alfabetizadas e, pelo privilégio atribuído à escrita e consequentemente à leitura, traduziu-se na valorização do sentido da visão e possibilitaram à cultura e ao conhecimento serem registrados e passados adiante.

C) Fase eletrônica: O avanço significativo da tecnologia permitiu que, com maior facilidade, o acesso ao conhecimento se tornasse possível. A instantaneidade da comunicação

³ Entrevista concedida em 1977 à *Monday Conference*, do canal ABC da Austrália, publicada no Youtube por Felipe Boff (2013).

e transmissão de mensagens impressionam por sua velocidade, e essa dinâmica afetou determinantemente nossa forma de relação com o tempo e uns com os outros.

McLuhan pontuou ainda que todas as transformações tecnológicas trazem consequências de ordem socioculturais, que não se dariam por acaso, pois “o surgimento de uma tecnologia não ocorre por uma tentativa isolada do desenvolvimento técnico em si, mas sim por uma tentativa de transformar, reproduzir e documentar as experiências do homem” (MCLUHAN, 1964, p. 89). Existe, portanto, uma intencionalidade que deve ser levada em consideração quando nos debruçamos sobre as mídias e seus suportes informacionais.

Podemos inferir, portanto, que o computador e a palavra impressa possuem gramáticas de ação e organização com hierarquias específicas, dotados de interfaces e propriedades físicas determinadas, que impactam na forma como é transmitido um código. Carregam mensagens culturais que determinam, em larga medida, como o usuário vai pensar e se relacionar com essas mídias. Assim, entender que os suportes informacionais possuem intencionalidade própria, é alcançar que a passagem do analógico para o digital trouxe consigo impacto de toda sorte.

O espaço numérico é a camada unificadora de fluxo de dados, informação e comunicação gerada a partir de computadores e a interconexão entre eles (a rede), definida por Lévy (2010) como ciberespaço. Por isso, o número emerge como chave fundamental de entendimento da dinâmica, considerando que vivemos o inédito momento da cultura intermediada por combinações numéricas.

Refletir e ao mesmo tempo produzir um direcionamento ideológico da cultura recebeu em Pierre Bourdieu a contribuição do que o autor chama de poder simbólico, um poder de construção da realidade que tende a estabelecer um sentido imediato do mundo, isto é, “uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências” (BOURDIEU, 1989, p. 9). Ou seja, o que, em síntese, dá às produções simbólicas o caráter de verdadeiros instrumentos de dominação.

Esse ponto se torna ainda mais relevante quando pensamos nessa realidade construída a partir dessa padronização social guiada pelas *Big Techs*⁴ pelo capital transnacional – sem barreiras e sem escrúpulos – que segue ditando interesses, comportamentos, vontades e

⁴ São as empresas mais importantes e dominantes dentro da indústria de tecnologia da informação dos Estados Unidos: Amazon, Apple, Facebook, Google e Microsoft. As *Big techs* tiveram recordes de faturamento: US\$ 176,8 bilhões (aproximadamente R\$ 946 bilhões). Amazon, Apple, Google e Microsoft hoje são as únicas empresas das Américas avaliadas em mais de US\$ 1 trilhão cada (SANTANA, 2021).

modelos. A novidade não reside no processo em si, mas nos meandros de conquista dessa hegemonia.

Baseados nessas premissas, tencionamos analisar o conceito teórico do *Príncipe* pelo livro de Maquiavel, pela teoria de Octavio Ianni e sua versão eletrônica, e pela versão digital proposta por Máira Bittencourt, vislumbrando identificar como as narrativas e os suportes comunicacionais podem alicerçar uma correlata manifestação hegemônica como produto sóciohistórico, ou seja, como uma forma paradigmática de interpretação sociocultural.

1.1 O Príncipe de Maquiavel

O livro escrito por Nicolau Maquiavel (1469-1527) é um tratado muito importante para a história política da era Moderna – datado de 1513 e publicado apenas em 1532, após a morte de Maquiavel – os escritos apontam a maneira que o autor acreditava ser a ideal na condução dos negócios do Estado, suas formas de estruturação e, fundamentalmente, os caminhos para se conquistar um principado e, sobretudo, mantê-lo (MAQUIAVEL, 1532).

A Itália dos séculos XIV a XVI foi uma região muito rica e de grande instabilidade política: o berço do Renascimento era também terra de muitos e constantes conflitos⁵. Foi nesse contexto que fora escrito os tratados do autor, em busca da manutenção de um Estado glorioso, unido e coeso, que pudesse prover estabilidade aos intelectuais e artistas; um novo tipo de nobreza e refinamento a quem a Itália queria dar valor e poder, e, com a mesma intensidade, manter todo resto subalterno sob seu controle (MANIERI, 2015).

Existiam ainda outras conjunturas que corroboraram com esse cenário, como a formação dos Estados Nacionais, a emergência de uma nova economia mercantil e junto dela uma nova mentalidade que estava diretamente relacionada à tentativa de desenlace da Igreja Católica, que condenava o lucro e, por conseguinte, insuflou a Reforma Protestante. A burguesia encontrara nas mudanças culturais e econômicas a afirmação e esteio para suplantiar o pensamento medieval e inaugurar uma nova fase baseada em inéditos códigos e procedimentos que aquela era estabeleceu.

O livro de Maquiavel está diretamente relacionado a essa cultura de letramento, de ilustração, com exigências que pressupõem a alfabetização e valores absorvidos pelo repertório

⁵ A península itálica, tornou-se alvo de diversas disputas entre 1494 e 1559, por ser um território avançado economicamente, mas fragmentado no campo político.

cultural a que estamos expostos, premissas intrínsecas à condição social em que o indivíduo está inserido. A organização e corpus do Estado tem como axioma que seu organismo constituinte esteja de acordo com sua diretriz e forma, que remete, entre outras condições, a uma cultura escrita já dominada. Assim, a sociedade foi forçada a se instrumentalizar, a se controlar, foi reprimida direta ou indiretamente para que todos se adequassem (CHARTIER, 1998).

Chartier destaca ainda que a cultura escrita é inseparável dos gestos violentos que a reprimem. Sempre esteve ligada à censura e à interdição dos textos considerados subversivos para as autoridades religiosas ou políticas. Ainda que cada leitor produza uma apropriação inventiva da obra ou do texto que recebe, essa interpretação está diretamente relacionada à sua constituição sociocultural, ao meio em que ele vive, produz e ressignifica os sentidos. (CHARTIER, 1998, p. 7-9).

Fazer a leitura de um livro já significa uma escolha, um recorte, resultado de uma opção cultural. Portanto, é possível inferir que o sujeito que escolheu o objeto é alfabetizado, possui determinado repertório sociocultural, o arcabouço teórico e cultural necessário, capaz de decodificar os códigos ali dispostos.

Com esse contexto em mente, entendemos que o livro, as características inerentes à cultura livresca e à imprensa, formam o conjunto doutrinário e hegemônico que ajudou na estruturação, reprodução e manutenção daquele *status quo*; a inauguração da imprensa, com o advento de uma nova fase e técnica, fez com que a relação das pessoas com seu espaço-tempo fosse afetada.

As normas observadas por Maquiavel em seu grande manual a Lourenço II de Médici, a quem fora dedicado o seu livro, fazia, pois, uma leitura deste cenário e identificava quais eram os meios necessários para que a figura una do governante fosse capaz de controlar todo o aparelho repressor e burocrático daquele organismo social. Só houve a possibilidade de realização do *Príncipe* de Maquiavel porque existiu toda a ordenação sistêmica que o sustentou.

Importante pontuar que *status quo* é necessariamente suportado por hábitos, costumes, ideias e padrões que entram no campo do senso comum, reproduzidos e institucionalizados, impetrados no campo cultural de forma que sua alteração, revisão e reflexão demandam muito esforço crítico e um longo caminho a ser percorrido (GRAMSCI, 2004).

1.2 O *Príncipe Eletrônico* de Octavio Ianni

Seguindo em nossas proposições, adentramos a seara televisiva com a asserção de McLuhan (1964) de que a televisão promoveu outra forma de consciência. A leitura como forma de participação e experiência no mundo é uma cultura altamente especializada e objetiva: a pessoa letrada tem grandes possibilidades de realizar uma leitura crítica e tirar resoluções próprias da informação adquirida, ainda que com limitações. Já com a televisão não verificamos de forma tão simples essa possibilidade, em função da forma subjetiva como a TV passa seu conteúdo: trata-se de uma linguagem envolvente e cativante (BOFF, 2013).

Octavio Ianni, importante sociólogo brasileiro, a partir das proposições de Nicolau Maquiavel, fez a formulação do *Príncipe Eletrônico*. Revisitando a obra e conceito já mencionados, Ianni teorizou sobre o que ele acreditava ser a nova forma manifesta de exercício da hegemonia à época.

Para alcançarmos as proposições de Ianni, precisamos ter em conta o novo contexto em que o mundo se encontrava: sob o fenômeno da globalização e dos meios de comunicação eletrônicos com grande influência. Assim, ele rememorou a obra de Maquiavel a fim de atualizar os conceitos e deixá-los adequados à realidade do final do século XX:

Os grandes grupos econômicos e corporativos entram no ambiente midiático tomando conta de uma fatia representativa da comunicação, explanando ideias e conceitos e se fazendo ouvir. Influenciando não somente os indivíduos, mas também o cenário político, o príncipe eletrônico expressa principalmente a visão do mundo prevalecente nos blocos de poder predominantes, em escala nacional, regional e mundial, habitualmente articulados (IANNI, 2003 *apud* BITTENCOURT, 2016, p. 50).

Ianni afirmou que a hegemonia, nesse contexto, era sustentada por dois pilares – a globalização, por meio do capital transnacional, e as mídias eletrônicas, com ênfase na televisão. Por isso, o *Príncipe Eletrônico* não era homogêneo nem monolítico. Ele era sensível ao jogo hegemônico corrente e, assim, expressava a visão de mundo prevalecente do *status quo* articulado para além das barreiras nacionais (IANNI, 2003).

Um outro aspecto muito importante a ser sublinhado é o fato de a grande corporação da mídia ter conseguido metamorfosear de maneira tão efetiva “mercadoria em ideologia, consumismo em cidadania” (IANNI, 2003, p. 22). Uma combinação de produção e reprodução que consolidou de forma muito exitosa o padrão estipulado pelas corporações financeiras,

contribuindo, decisivamente, na construção de opiniões, crenças e valores amplamente disseminados em nossa sociedade.

O predomínio dos papéis e do poder da televisão pode ser observado desde a sua emergência, na era da comunicação global, como um participante ativo nos eventos que ela empenhadamente ‘cobre’. A televisão não pode mais ser considerada (se alguma vez o foi) como mera observadora e repórter de eventos. Está intrinsecamente encadeada com estes eventos e tem se tornado claramente parte integral da realidade que noticia [...]. A estrutura sociopolítica e econômica das diferentes sociedades também determina a estrutura interna de seu sistema de mídia, os métodos de financiamento deste e, conseqüentemente, das relações intersistêmicas das diferentes organizações da mídia (IANNI, 2003, p. 16).

No âmbito da “democracia eletrônica” (IANNI, 2003, p. 18), as fronteiras entre o público e o privado foram dissolvidas: a cultura, o cidadão, o mercado e o consumidor se fundiram. As estruturas organizacionais de poder foram fiadas na audiência televisiva, que deu – e ainda dá – o tom e o mote das grandes discussões pelo Brasil e o mundo. A política, os debates, planos de governos e a estética de partidos, passaram a considerar os recursos técnicos e toda a dramaticidade que a televisão proporcionou a fim de espetacularizar o discurso e arrebatou a maior quantidade de mentes e corações.

O televisor passou a ocupar o espaço central da sala em diversos lares pelo planeta; tornou-se protagonista na dinâmica familiar influenciando diretamente o modo de convívio, linguagem, comportamento, economia e política. Segundo McLuhan, (*apud* BOFF, 2013) os meios são “extensões” dos homens – de seus sentidos, mentes e corpos. Os meios eletrônicos impregnaram nosso cotidiano e capilarizaram seus derivados efeitos sobre os indivíduos e a sociedade. A TV promoveu a construção da consciência voltada para o eu, sem necessidade de diálogo e interações externas.

Ianni ainda nos alertou sobre o risco de considerarmos fantasiosa a proposição sobre o impacto da TV em nosso cotidiano: não podemos esquecer que os grandes conglomerados que possuem os direitos de transmissão, que realizam e produzem os programas a serem exibidos ou mesmo que financiam os canais através de anúncios publicitários, fazem todos parte um grande capital apátrida, que irrompeu com as tradicionais fronteiras em busca da maximização dos lucros e da circulação ideológica internacional neoliberal, tornando-se a força preponderante dessa nova forma manifesta de hegemonia (IANNI, 2003). A TV colaborou com a disseminação da lógica gerencial – que saiu do ambiente empresarial e passou a ocupar todas as relações sociais, familiares e afetivas – fosse por meio de exemplos e/ou tipificações, o que

antes era urgente apenas para quem exercia atividades econômicas passou a ser importante para todos os que participavam coletivamente daquela lógica.

Aqui recorremos ao geógrafo brasileiro Milton Santos e seu conceito do meio técnico-científico e informacional. Santos nos apontou em seus estudos que graças à união entre técnica e ciência, guiadas pelo funcionamento do mercado, foi possível expandir e consolidar o processo de globalização. Pois, além de serem técnicos, os objetos também carregam em si a informação e trabalham a partir dela, o que justifica o nome do atual período de transformação do meio geográfico. Podemos, então, dizer que o processo de globalização só se manifesta em seu atual estágio graças aos avanços propiciados pelo meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2008).

À vista disso, entendemos como as guerras mundiais, o nazifascismo, o crescimento dos trustes e cartéis, a formação de corporações transnacionais e os desenvolvimentos das tecnologias da mídia modificaram as condições e as possibilidades da comunicação, informação, entretenimento e cultura de indivíduos e coletividades, povos e multidões, por todo o mundo. A indústria cultural se transfigurou e cresceu de maneira vertiginosa, influenciando consideravelmente nossa formação e a maneira como a circulamos informações (SANTOS, 2008).

É possível constatar no devir histórico que a técnica não aparece isolada, ela se apresenta como um conjunto de técnicas que através da capilarização de práticas e hábitos, toma a frente suplantando as anteriores:

O desenvolvimento da história vai de par com o desenvolvimento das técnicas. Kant dizia que a história é um progresso sem fim; acrescentemos que é também um progresso sem fim das técnicas. A cada evolução técnica, uma nova etapa histórica se torna possível. As técnicas se dão como famílias. Nunca, na história do homem, aparece uma técnica isolada; o que se instala são grupos de técnicas, verdadeiros sistemas. Um exemplo banal pode ser dado com a foice, a enxada, o ancinho, que constituem, num dado momento, uma família de técnicas. Essas famílias de técnicas transportam uma história, cada sistema técnico representa uma época (SANTOS, 2000, pp. 25-26).

O *Príncipe Eletrônico*, sustentado por todo esse grande aparato, foi uma nova e inédita figura à época, que conviveu com todas as outras, no presente e passado. Um dos grandes segredos deste novo contorno hegemônico foi o fato de atuar diretamente no âmbito virtual: ele foi a base para que cotidianamente fosse possível desenvolver a virtualização através não só da mobilização da mídia, mas das tecnologias e novas linguagens inseridas em nosso contexto social econômico e cultural (IANNI, 2003).

Quase como um preparo para fase que vivemos hoje, a televisão trouxe consigo diversas modificações em nossas práticas cotidianas. Um aspecto fundamental inaugurado por esse dispositivo foi a “instância da imagem ao vivo”, conceito desenvolvido por Eugênio Bucci (2009), que explica:

A área de cobertura da imagem ao vivo alcançou continentes inteiros e, ato contínuo, o globo terrestre. Isso modificou definitivamente os modos de registro dos fatos, ou seja, como são constituídas as narrativas sobre a realidade, ou, ainda, se preferirem, a constituição da realidade por meio das práticas discursivas: a realidade é, sim, uma construção discursiva; ela não é uma coisa, não é algo que se pegue com as mãos, mas uma representação que adquire capacidade de nomear as coisas – que, estas sim, uma vez nomeadas, pegamos com as mãos. A imagem ao vivo, em suma, trouxe um novo estatuto às formas de representação – sobretudo às formas jornalísticas de representação do mundo (BUCCI, 2009, p. 66).

A partir das informações mencionadas por Bucci, entendemos que a ubiquidade ingressa no centro de nossas ações e entendimento do mundo. A ideia de estarmos em vários lugares, de variadas formas, passou a ditar o ritmo do mundo. Esperar por uma carta soa como um modo neandertal de vida. A simultaneidade, a instantaneidade tornaram-se qualidades do mundo atual.

Outrossim, é possível verificarmos como um paradigma carrega consigo um lastro de sustentação informacional. A forma como entendemos o mundo, nos inscrevemos nele, entendemos e deciframos códigos – instituídos como correto, padrão – perpassa a maneira como absorvemos conhecimentos e interagimos com o mundo ao redor.

1.3 O *Príncipe Digital* de Maíra Bittencourt

Munidos das informações anteriormente passadas, avançamos com a perspectiva de que houve um crescimento exponencial das tecnologias de comunicação em massa, datadas também do século XX, e que o advento da globalização trouxe consigo novas dinâmicas comunicacionais que irromperam com nossa lógica de tempo, espaço e fronteiras – com a transformação da escrita em código binário, ampliando a possibilidade de registro, manifestação e memória: a cultura digital. Ela nos permitiu automatizar a produção da cultura, de modo a registrar ações em dispositivos e computadores, criando uma memorização virtualmente infinita, novas formas de informação e uma inédita fase chamada de cibercultura (LÉVY, 2010).

O ciberespaço, na atualidade, seria o ambiente onde as ideias correntes e contra hegemônicas encontram instrumentos de divulgação e penetração na sociedade civil para

exercer a sua luta. A sua importância estaria na ruptura da unidirecionalidade da comunicação, a pluralidade e diversidade de informações e pontos de vistas que a *Web* oferece; a nova possibilidade, entre outras, do público ter interatividade, direta ou indiretamente, com o que está recebendo.

Maíra Bittencourt propôs em seus estudos avançar com a proposição de Octavio Ianni: Bittencourt explicou que o *Príncipe Digital* seria uma nova forma manifesta de hegemonia, uma composição de forças sociais capaz de dar coesão a esta nova entidade (BITTENCOURT, 2016).

Cada período histórico é marcado por necessidades e características sociais específicas. Essas características vêm da estrutura da sociedade, dos tipos de relações existentes, modo de vida, da organização econômica, política e dos tipos de comunicação entre as pessoas. A cada nova quebra sócio temporal essas estruturas se alteram. Mudam também os modos de poder, formas de influências, modelo de lideranças e padrões de relações entre as pessoas (BRAUDEL, 2007). Por isso, podemos inferir que em cada tempo existiu o seu forçoso tipo de *Príncipe*, que ansiava pelo poder e controle do povo através de uma forma específica de hegemonia.

Para pontuar melhor sobre como a cultura é impactada por esse decorrer histórico, Braudel (1992, pp. 14-15) explica como as estruturas sociais se comportam diante da passagem do tempo:

O homem é prisioneiro, desde há séculos, dos climas, das vegetações, das populações animais, das culturas, de um equilíbrio lentamente construído de que não se pode separar nem correr o risco de voltar a pôr tudo em causa. Considere-se o lugar ocupado pela transumância na vida de montanha, a permanência em certos sectores da vida marítima, arriegados em pontos privilegiados das articulações litorais; repare-se na duradoura implantação das cidades, na persistência das rotas e dos tráficos, na surpreendente fixidez do marco geográfico das civilizações. As mesmas permanências ou sobrevivências dão-se no imenso campo do cultural.

Em suma, porque não é objetivo aqui nos debruçar longamente sobre o conceito, mas ancorar a escolha teórica de forma a entender como as reminiscências culturais são enraizadas no nosso dia a dia, Braudel explica que existe em qualquer sociedade uma espécie de mentalidade coletiva, uma estrutura mental que se transforma lentamente, originando permanências que incorporam aos hábitos mentais daqueles que participam da formação social (BRAUDEL, 1992).

Assim, é possível reconhecer que o que internalizamos como valor cultural, hábito compartilhado, em algum dado momento foi apresentado como padrão, como direcionamento

natural de uma demanda social. Aqui reconhecemos o processo de consentimento e força da hegemonia.

A partir desse entendimento é possível fundamentar nossa proposição quanto ao *Príncipe Digital* e seu contexto, intencionalidade e forma de atuação. É preciso, mais uma vez, darmos contexto para que possamos fundamentar nossa proposição, por isso recorremos a Maíra Bittencourt (2016, p. 476):

O que está acontecendo agora, o que podemos chamar de crise da democracia, é o colapso da confiança. [...] ela é resultado da própria estrutura de rede, que favorece a conexão com muitos atores sociais ao mesmo tempo. É possível adicionar e deletar amigos, e controlar as pessoas com quem você se relaciona. [...] Com essa facilidade, não é mais necessário conviver com quem discorda de suas opiniões, aceitar ideias diferentes às suas, ou manter relações com pessoas com pensamento ou estilos de vida diferente. Está ali, à disposição, um universo de possibilidades de relacionamentos.

Entendemos que essa nova força, composta por diversos agentes, tanto quanto o *Príncipe Eletrônico*, também não possui face ou características poucas. Trata-se de uma trama complexa, com os mesmos interesses dos *Príncipes* anteriores: a reprodução e manutenção do *status quo* - ainda que com outras técnicas e meios, percebemos os mesmos contornos.

Outro ponto interessante é o fato de o *Príncipe Digital* ter suas ações pulverizadas, disseminadas em diversos pontos que, talvez, isoladamente não denotem muito poder. No entanto, quando concentrado, traz consigo a vultosa e conhecida força da internet. Essa camada de anônimos, quando reunidos em plataformas, adquire capacidade de integração social avassaladora.

Com o crescimento da internet, os líderes de opinião, que antes tinham contato somente físico com seus grupos, passaram a coexistir no ambiente digital, por meio das redes sociais, portais, sites, grupos de e-mail ou outra ferramenta da *Web*. Assim, quem antes recebia a informação de um meio de comunicação de massa, e apenas a interpretava para o seu grupo, passou a desempenhar também papel de mídia, quando passou a produzir publicações, informações, criou vídeos, comentou notícias, entre outros. Podemos dizer que a computação social aumentou as possibilidades da inteligência coletiva (BITTENCOURT, 2016, p. 271), alastrando a maneira como esses líderes se manifestam e interagem, bem como influenciam e direcionam, bem como são influenciados e direcionados, por seu público de seguidores.

Existe uma formulação, que consideramos ser de grande valia, para entendermos este cenário que é o conceito de intelectual orgânico – Gramsci assim explicou:

Todo grupo social, ao nascer do terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria também, organicamente, uma ou mais

camadas de intelectuais que conferem homogeneidade e consciência da própria função não apenas no campo econômico, como também no social e político: o empresário capitalista gera junto consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito etc. (GRAMSCI, 2003, p. 53).

Trata-se de pessoas vinculadas à superestrutura de um processo complexo, ligadas à sua classe e atuando como seu porta-voz, com identificação representativa desse estrato. Não são necessariamente intelectuais, mas técnicos, que entre trabalhadores comuns reproduzem com afinco o padrão do *status quo*, ainda que, por lógica, estejam atuando diretamente contra si próprios (GRAMSCI, 2003).

O mundo virtual transformou nossa maneira de ser e estar no mundo material. A maneira como nos relacionamos, interagimos, falamos. As tecnologias digitais redesenham nosso cotidiano, que cada vez mais é precedido pelos algoritmos. Da mesma maneira, práticas e fronteiras foram dissolvidas. Formas de governo, regimes políticos, culturas e identidades passaram a ser entendidas, também, a partir de uma estética digital.

A nossa concepção e consciência de dados já não pode mais ser dissociada do nosso entendimento de cultura. Inclusive, saber ler estes dados é ter posição privilegiada em nossa sociedade, pois ele nos apresenta de forma muito específica padrões e comportamentos.

A relação de produção e absorção do conhecimento também foi fundamentalmente alterada pela nossa forma de comunicação em rede: somos todos produtores e receptores de informação e conhecimento. Houve uma ruptura severa com o clássico modelo emissor-transmissor-receptor. Novas formas e possibilidades de leitura foram introduzidas em nosso cotidiano. Sobretudo a perspectiva da interatividade - somos e estamos, de diferentes formas, em variados lugares.

2. O LIVRO, A TELEVISÃO E O BANCO DE DADOS

Seguimos em nosso intento considerando, pois, que os meios de comunicação são atores decisivos nas transformações sociais, tendo em conta, inclusive, todas as possibilidades e cerceamentos que os são intrínsecos. Como anunciado anteriormente, chegamos ao momento de analisar, considerando a longa duração histórica – ou as reminiscências das mentalidades – como os suportes informacionais têm papel preponderante no arraigamento de práticas e na capilarização das forças hegemônicas.

As grandes estruturas socioculturais fundamentam nossas formas de pensar, corroboram para as teorias que desenvolvemos sobre a realidade e influenciam nos modelos que criamos para lidarmos com os problemas da realidade – que nós elaboramos para lidar com questões simples do cotidiano, mas também os mais complexos.

Dentro das inúmeras especificidades e incontáveis possibilidades que o humano tem, podemos destacar a fascinante capacidade de produção de sentido, de atribuição de significados que podemos designar a sujeitos/objetos. Assim, alcançamos que nenhum gesto humano é neutro, vazio de sentido ou intencionalidade: ele vem sempre carregado de significados e significações, cabendo justamente à linguagem a interpretação do sentido implicado nas manifestações diversas, tendo em conta, sobretudo, o meio em que esta manifestação está inscrita. Segundo Gramsci, “[...] até mesmo na mais simples manifestação de uma atividade intelectual qualquer, na ‘linguagem’ está contida uma determinada concepção de mundo” (GRAMSCI, 1999, p. 93).

Vinicius Romanini (2016) pontuou, pois, que toda a esfera da cultura se constitui de um conjunto de crenças compartilhadas: nós dividimos símbolos, que são tipos de signos gerais que fluentemente tornam-se coletivos. Assim, a esfera da cultura é sempre simbólica, já que o signo permite pensar o que será e realizado no campo material e das ideias.

Nessa trajetória, a linguagem é ponto de destaque: sua fruição, atuação e impacto nas nossas disposições sociais; como ela é influenciada também pelos suportes informacionais, dado que, de maneira muito evidente, ela é disseminada, transformada e alimentada pela maneira e meio que nos comunicamos.

Assim, destarte, assinalamos nosso entendimento de linguagem, já que, pela definição de McLuhan “a ‘mensagem’ de qualquer meio ou tecnologia é a mudança de escala, cadência

ou padrão que esse meio ou tecnologia introduz nas coisas, humanas” (MCLUHAN, 1964, p. 22).

Essa definição de McLuhan nos dá uma boa dimensão do impacto dessas tecnologias em nossa sociedade e no *modus operandi* que passamos a atuar quando nos comunicamos por meio delas. Podemos considerar, com efeito, o ato de comunicar como emulação das formas sociais, pois é possível identificar como a hegemonia corrente se reproduz desde os menores núcleos sociais, como a família ou a escola, por exemplo.

Entendemos, assim, que o meio pelo qual nos comunicamos geram impactos cognitivos que, atrelados à linguagem, estimulam certos comportamentos e práticas. Se consideramos nesse processo que os suportes informacionais são frutos paradigmáticos de seu tempo-espaço, conseguiremos alcançar as engrenagens que sustentam os *Príncipes* e suas formas de atuação. Precisamos de modelos para agir no mundo, e esse conjunto de práticas, operações, “algoritmos mentais” (ROMANINI, 2020), auxiliam-nos na realização de operações cotidianas. Trata-se de atalhos cognitivos para executar nossas mais variadas tarefas.

O paradigma, nesse sentido, alicerça todo o caminho – desde as operações básicas até as mais complexas. Dessa forma, quando o paradigma está ameaçado por transformações históricas, estremecem com ele as bases fundamentais que estruturam nossa forma de ser e estar no mundo, por isso, é possível encontrarmos pessoas que levam a defesa desses *modus operandi* às últimas conseqüências: o sujeito enxerga a manutenção desse sistema como a sua possibilidade de existência, em última instância. A mudança paradigmática nos obriga a nos mover social e cognitivamente para além das estruturas dos modelos que aprendemos a reconhecer (ROMANINI, 2020).

O termo linguagem pode ter muitos sentidos e significados, por isso, vamos nos ater a duas possibilidades da expressão: a primeira, definida pelo dicionário de linguagem e linguística que diz: “faculdade cognitiva exclusiva da espécie humana que permite a cada indivíduo representar e expressar simbolicamente sua experiência de vida, assim como adquirir, processar, produzir e transmitir conhecimento” (BAGNO, s/d, s/p).

Outra definição de linguagem, decorrente da primeira, e que também nos interessa é: todo e qualquer sistema de signos empregados pelos seres humanos na produção de sentido (BAGNO, s/d), isto é, para expressar sua faculdade de representação da experiência e do conhecimento. É dessa segunda acepção de linguagem que provém uma distinção fundamental: de linguagem verbal e linguagem não verbal. A linguagem verbal é aquela que se expressa por meio do verbo (termo de origem latina que significa “palavra”), ou seja, da língua, que é, de

longe, o sistema de signos mais completo, complexo, flexível e adaptável de todos: não por acaso, é de língua que deriva a palavra linguagem, pois toda linguagem é uma tentativa de produção de sentido tão eficiente quanto a que se realiza linguisticamente.

Existe nesse processo um conflito bastante sutil, mas que muito nos impacta. A ideologia é parte desse processo e retomaremos esse ponto no próximo capítulo com a atenção e percurso teórico que o termo nos exige. Apenas antecipando, de forma a alinhavar o raciocínio nessas páginas, o signo é campo e resultado desse conflito, por isso a linguagem é diretamente influenciada por ele⁶.

Se estamos no esforço de explicar a linguagem nesse processo, precisamos destacar que existem também as linguagens artificiais, isto é, sistemas de comunicação elaborados conscientemente para permitir o desenvolvimento de domínios específicos de saber (BAGNO, s/d). São linguagens artificiais, por exemplo, as utilizadas na matemática, na lógica ou na computação. O estudo dos múltiplos sistemas de linguagem verbal e não verbal é tarefa da semiótica que também se interessa pelas transposições de um sistema para outro (por exemplo, da fala para a escrita, do romance para o cinema, da música para a dança).

Vamos, então, pontuar como cada suporte analisado nesse trabalho, junto com seu respectivo Príncipe, trouxe impactos e pontos de inflexões sociais indispensáveis para compreensão das respectivas sociedades.

McLuhan estabeleceu uma divisão analítica desse preceito: numa face, o conteúdo, na outra, o sistema mediático que compõe o suporte material. A utilização da tecnologia, tendo em conta a dificuldade de aprendizagem do código, sua gramática, a capacidade de penetração e circulação no tempo ou no espaço, os sentidos sensoriais requisitados, trazem-nos questões de toda sorte, oriundas da inserção da tecnologia em nossas práticas diárias. Veremos mais detalhadamente a diante.

2.1 O Príncipe livresco

Em McLuhan encontramos argumento importante nesse desenrolar de fio teórico: ele buscou entender e descrever o que se passou com a evolução da sociedade no constante esforço

⁶ Fala do professor Eugênio Bucci durante o curso *Fabricação de Valor no Imaginário: uma Crítica da Comunicação*, oferecido no 2º semestre de 2019, em disciplina de pós-graduação da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP).

por se desenvolverem a partir das tecnologias que lhe estenderam os sentidos e o poder de formar suas culturas.

No livro *A Galáxia de Gutenberg* (1972), McLuhan ponderou sobre o processo de transição dos sujeitos de cultura oral e manuscrita em sujeitos da cultura tipográfica e moderna. Pontuando que a tipografia precedeu, de forma determinante, todas as outras tecnologias avançadas que marcam nossa época.

McLuhan considerou que o alfabeto fonético nos transportou para o mundo visual, ancorados na linearidade e individualismo. Ainda que o conhecimento seja adquirido por todos os sentidos, ele é confirmado pela visão, como McLuhan explicou – precisamos ver escrito para acreditarmos. A prensa de Gutenberg inaugurou um processo que intensificou ainda mais o aspecto visual da escrita alfabética, impulsionando a passagem da tradição oral para a tradição do impresso (MCLUHAN, 1972, p. 73).

Em suma, as sociedades letradas, desenvolveram a tendência em adquirir e processar informação a partir da visualização do texto, de forma linear e sequencial. A estrutura sintática da palavra escrita condicionou nosso entendimento dos acontecimentos, e a partir dela passamos a operar no espaço visual. Por conseguinte, houve a migração das tradições orais para a forma escrita, impactando também a atuação dos demais sentidos na operação das atividades diárias.

A invenção do alfabeto, à semelhança da invenção da roda, foi a primeira tradução ou redução de um complexo e orgânico intercâmbio de espaços num único espaço. O alfabeto fonético reduziu o uso simultâneo de todos os sentidos, que é a expressão oral, a um simples código visual. Hoje, pode-se efetuar essa espécie de translação numa ou noutra direção, através de uma variedade de formas espaciais, as quais chamamos de "media", ou "meios de comunicação". Mas cada uma dessas formas de espaço tem propriedades particulares e incide sobre nossos outros sentidos ou espaços de modo também particular (MCLUHAN 1972, p. 76).

A Idade Média – período sobre o qual o autor discorreu longamente a respeito – é caracterizada pela restrição e ausência do livro. Sua circulação ficou limitada a uma casta de religiosos, filósofos ou pessoas públicas. Segundo McLuhan, ler não era um ato interno para o leitor medieval, mas uma ação de verbalizar em voz alta para ajudar na compreensão e memorização. A leitura, pois, era também um ato social (MCLUHAN, 1972, p. 72-76).

A substituição do manuscrito pelo texto impresso institucionalizou um padrão estético e gramático das palavras, que passaram a ser separadas, grafadas e uniformizadas, favorecendo o início da leitura particular e silenciosa. Além disso, a prensa de Gutenberg, segundo McLuhan, iniciou um processo de mecanização da palavra, tornando-se o primeiro processo linear em produção (MCLUHAN, 1972, p. 103).

A tipografia trouxe consigo a tecnologia da prensa, e com o livro, "a primeira máquina de ensinar", na expressão de McLuhan (1964, p.198). A detenção do saber suportado pela perspectiva visual e com um ponto de vista uniforme e preciso, institucionalizou a forma como corpos e mentes deveriam ser educados, padronizando, a partir da cultura letrada, a maneira como deveriam circular informações e conhecimento.

Neste ponto, é possível alcançarmos a dimensão hegemônica que a nova prática introduziu àquela sociedade, dado que, “a máquina de ensinar” deu mais do que o letramento, engendrou novos códigos e hábitos, que foram naturalizados como padrão, valorados como corretos, na formatação social. Assim, foi possível disseminar novas práticas socioculturais, ligadas intrinsecamente à forma como as informações circulavam e eram compartilhadas, de sorte que ficara demarcada uma nova e fundamental era na História.

O *Príncipe* livresco inaugurou a era da cultura letrada, arraigada, sobretudo, nos valores da nova camada da elite que passou a dominar a cultura circulante: o Renascimento. A cultura burguesa ascendeu fortalecida pelas práticas socioculturais que vinham na esteira da expansão econômica. A página impressa permitiu padronizar e universalizar a língua materna, dando unidade ao idioma, delimitando fronteiras e, por conseguinte, fortalecendo o nacionalismo.

Entendemos, assim, que cada meio de comunicação cria o seu próprio efeito no nosso sensorio, ou seja, o viés afeta diretamente a forma como percebemos o mundo. Embora nenhum sentido opere em isolamento, a interação com diferentes meios faz com que diferentes sentidos sejam acionados e acentuados (MCLUHAN, 1964, p. 346).

2.2 O Príncipe Eletrônico e a instância da imagem ao vivo

Ainda nos valendo das considerações de McLuhan, seguimos na evolução dos *Príncipes*, chegando ao suporte do Eletrônico: a televisão.

Nunca é demais ressaltar que a longa duração histórica nos permite o salto seguro em tempos-espacos longuíssimos, em busca do ponto de viragem nesse fio teórico.

Antes de avançarmos à análise do dispositivo televisivo, deixemos destaque a mais um aspecto sublinhado por McLuhan no estudo dos meios: a classificação Meios Quentes (*hot media*) e Meios Frios (*cool media*) proposta em *Os meios de Comunicação como extensões do homem* (1964).

Em poucas palavras, os meios quentes seriam aqueles que prolongam apenas um dos sentidos e em alta definição, ou seja, entendida aqui pela elevada quantidade/clareza da

informação. Uma vez que o suporte/mensagem dá uma série de elementos a quem recebe, não seriam todos os sentidos requisitados, a consciência não precisaria completar a informação de forma a ter o entendimento da mensagem. McLuhan (1964, p. 37) pontua como meios quentes o rádio, o cinema, o alfabeto fonético e a fotografia. O rádio, por exemplo, nos fornece informação em alta definição, estendendo apenas o sentido da audição.

Já os meios frios são aqueles que prolongam, ou requisitam, mais de um sentido ao mesmo tempo, mas em baixa definição, ou seja, é necessário que o receptor interaja com os seus sentidos de forma mais ativa para completar a informação. Os exemplos dados, nesse caso, seriam o telefone, a fala, a televisão e a caricatura. A fala, para McLuhan (1964, p. 38) “é um meio frio de baixa definição, porque muito pouco é fornecido e muita coisa deve ser preenchida pelo ouvinte”.

Uma vez estendido apenas um sentido e de forma intensa, isso faz com que o meio de comunicação desequilibre as relações entre os diferentes sentidos. Por isso é preciso um reordenamento da percepção para recuperar o equilíbrio, e para isso, o sistema nervoso central deve agir para se livrar da pressão exercida pela extensão de um dos sentidos. A resposta dada por McLuhan é a auto amputação, a ação de isolar o canal sensorial: “tudo o que ameaça a sua função deve ser contido, localizado ou cortado, mesmo ao preço da extração total do órgão ofendido” (MCLUHAN, 1964, p. 61).

Nesse aspecto, Octavio Ianni, o postulador do *Príncipe Eletrônico*, considerou indispensável acrescentar ao conceito teórico maquiavélico o impacto da globalização e a influência dos novos meios em nosso cotidiano.

O televisor passou a modelizar nossas mentes e corações agindo não apenas como um instrumento para a distribuição de informações à sociedade, mas com a missão e poder de cativar o espectador pela junção de imagem e som, tornando-se, com o decorrer das décadas, um aparelho popular em todas as classes sociais – o que fez com que seu alcance de ordenamento social e manipulação obtivesse impressionante volume. A mídia passou a utilizar suas linguagens e formatos próprios para estar entranhada aos fatos, estando ela mesmo inserida na história dos acontecimentos nos últimos anos.

Ianni defendeu que o *Príncipe Eletrônico* era uma “criatura da mídia”, sem ter forma ou espaço físico, mas capaz de transpassar os limites humanos, estando em constante atividade e fluidez:

O príncipe eletrônico pode ser visto como uma das mais notáveis criaturas da mídia, isto é, da indústria cultural. Trata-se de uma figura que impregna amplamente a política, como teoria e prática. Impregna a atividade e o

imaginário de indivíduos e coletividades, grupos e classes sociais, nações e nacionalidades, em todo o mundo. Em diferentes gradações, conforme as peculiaridades institucionais e culturais da política em cada sociedade, o príncipe eletrônico influencia, subordina, transforma ou mesmo apaga partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais, correntes de opinião, legislativo, executivo e judiciário. Permanente e ativo, situado e ubíquo, visível e invisível, predomina em todas as esferas da política, adquirindo diferentes figuras e figurações, segundo a pompa e a circunstância (IANNI, 1999, p. 24).

Não precisamos de muito esforço, além da memória, para constatar o status social que o televisor ganhou em nossos lares. Na realidade brasileira, os televisores, que até a década de 60 do século XX, era um eletrodoméstico restrito às camadas mais abastadas da sociedade, a partir dos anos 70, já estava na maioria dos lares – colocada como o ponto central em nossas salas, mostrando de maneira indefectível o que pautaria nossas vidas: fosse pelo assunto discutido na novela, as roupas usadas pelos personagens centrais que ditariam a moda; os assuntos abordados nos telejornais. A vida passara a ser regulada pela grade da emissora de TV (BUCCI, 2000).

A Televisão trouxe consigo um ponto de inflexão indispensável para o entendimento dias atuais: *a instância da imagem ao vivo*. Eugênio Bucci, postulador do conceito, explica:

Por «instância da imagem ao vivo» não se deve entender estritamente o advento das ditas transmissões ao vivo. Entende-se a condição imediata e permanente de estar ao vivo a qualquer instante: «a instância da imagem ao vivo» não é a imagem ao vivo, em si, mas o lugar social que lhe serve de sede, a partir do qual ela se irradia e para o qual ela converge. O on-line é, portanto, parte dessa instância, posto que a prolonga (BUCCI, 2003, p. 23).

De forma a compreendermos a mudança propiciada pela a introdução da *instância da imagem ao vivo* em nosso cotidiano, façamos o comparativo com o nosso suporte anteriormente analisado, mais precisamente pensando na instância da palavra impressa: Bucci (2009) considerou os jornais como meio de suporte de notícias, estes revogavam para si a última palavra, portanto decisória sobre algum assunto, e tinham o implacável tempo de 24 horas para seu deslocamento. “Independentemente do que acontecia, ele continuava a circular”, registrando seu ritmo e ciclo, sobretudo.

Para além do tempo, a instância da palavra impressa demarcava também espaço, uma vez que o próprio idioma já seria uma linha de corte dessa circulação. Outro ponto destacado por Bucci (2009) seria o interesse comum a que a área coberta por essa distribuição atenderia. Estendo aqui que o livro também circulava sob essa premissa, já que os temas, histórias e afins deveria ter uma certa área de aderência para que pudesse transitar.

O cinema nos apresentou a imagem em movimento, proporcionando uma nova dimensão do entretenimento, pouco imaginada anteriormente. Já com a imagem ao vivo, essa

potência ganhou contornos e desdobramentos de tantas ordens que, segundo Bucci (2009), os nacionalismos foram redesenhados: a política passou a considerar a estética dos discursos, o jornalismo passou a atender ao peso da introdução do ao vivo nas suas chamadas e considerações. O impacto foi tão grande que logo fronteiras e limites que pareciam intransponíveis, foram superados:

O que antes se tecia pelos jornais, através do texto, quando a palavra impressa era a instância máxima, passou a se dar pela imagem ao vivo. Os limites do idioma, insuperáveis para a palavra escrita, dissipam-se. As fronteiras geográficas se desmancham no ar. O tempo cíclico das atualizações diárias perde força para a instantaneidade: os intervalos temporais tendem a zero. O espaço público vai se convertendo numa abóbada, tão grande ou tão pequena quanto o céu azul que recobre a Terra (BUCCI, 2009, p. 69).

Podemos considerar, assim, que a Televisão, ganhou um alcance maior e mais preponderante no cotidiano social. Ela passou a projetar em nossas vidas não só o sentido de ubiquidade, sendo parte direta do evento, dado que o aparelho é o lugar onde ele se realiza, para o telespectador. Estamos falando, pois, da hegemonia televisiva e do seu impacto direto na formação social, considerando a alteração do sentido de espaço, tempo e auxiliando na homogeneização dos súditos do *Príncipe Eletrônico*.

A televisão, a partir da *instância da imagem ao vivo*, substituiu o espaço físico pela localização de sua transmissão (BUCCI, 2009). Ou seja, os eventos passaram a ocorrer *na* televisão. Houve, portanto, a desmaterialização do espaço físico que deu espaço para comunicação ubíqua e o sentido de instantaneidade, agindo como um anunciador dos tempos correntes.

O Príncipe Eletrônico expandiu seu domínio com técnicas atrativas, com a possibilidade de modelizar heróis, bandidos, a última tendência da moda, os grandes hits da música, os grandiosos eventos de esportes, o jornalismo, entre tantas outras possibilidades. O televisor imprimiu uma nova cultura e transformou nossos sentidos e mentes, direcionado pelo capital transnacional, que tomou a rédea do jogo hegemônico.

Quanto à internet, ela não invalida a instância da imagem ao vivo. Ao contrário, aprofunda velozmente seus impactos, dado que encurta (ou dissolve) as distâncias, os prazos, as fronteiras. Elevando a barra de exigências do capital, que passou a operar em 24/7⁷, *on-line*:

Tanto é assim que a televisão, assim como os bancos de dados ou as revendedoras de automóveis, tende a se fundir à Internet. É possível ver TV pela internet, do mesmo modo como fazer compras de supermercado pelo computador já é uma rotina banal. Tudo isso não significa que a «instância da

⁷ 24/7 é uma abreviação que significa “24 horas por dia, 7 dias por semana”. Jargão muito utilizado no meio corporativo e de serviços.

imagem ao vivo» esteja sepultada. A internet como tela eletrônica e como interatividade prossegue, com a televisão, uma obra iniciada pelo aparelho televisor. Avança, como já foi assinalado, porque vem problematizá-la, seja pelo que alguns chamam de «interatividade», seja pelo efeito de retroalimentação que exerce sobre os processos de confecção, difusão, assimilação (BUCCI, 2003, p.173).

Assim seguimos no nosso intento, tendo em mente os impactos cognitivos e a hegemonia impregnada pelos *Príncipes* livresco e eletrônico. Avançamos para a análise da lógica do Banco de Dados e preceitos importantes para compreensão do ambiente digital.

2.3 A transcodificação cultural e o banco de dados de Lev Manovich

Neste ponto recorreremos às importantes ponderações feitas pelo professor, crítico e pesquisador russo Lev Manovich – fundador de um laboratório de análise cultural, na Universidade de San Diego (EUA).

Antes de nos debruçarmos sobre as considerações do Professor Manovich, pensarmos em sua formação nos ajuda a entender o caminho percorrido por ele. Inclusive, esse exercício é proposto pelo próprio no início do *The language of new media* (2000). Nasceu em Moscou, em 1960, onde estudou arquitetura, pintura, artes plásticas e semiótica. Em 1981, depois de muitos anos atuando nas artes plásticas, ele se mudou para Nova York, onde, a partir do seu interesse pelas imagens, aprofundou seus estudos em ciências da computação e nas mídias. Ele leciona a disciplina de artes das novas mídias desde 1992. E, desde 2013, faz parte do corpo docente da Universidade de Nova York. Ele fundou o *Cultural Analytics Lab*, um laboratório de análises culturais em 2007, onde estuda a cultura contemporânea usando ciência de dados, visualização de dados e teoria da mídia.

A partir desses estudos, Manovich estabeleceu uma relação conceitual entre as ferramentas tecnológicas e nosso cotidiano cultural, criando um método de análise estrutural das novas mídias que passou a levar em consideração o contexto, a historicidade dos aparatos tecnológicos e a estética digital. Essa leitura vai além da simples descrição, sintoma que afeta muitos textos sobre as novas mídias, ela procura perceber um certo espírito do tempo, além de evitar circunscrições temáticas.

Louis Daguerre inventou o Daguerreótipo em 1839. Contemporaneamente, Charles Babbage criou sua máquina analítica programável. A primeira modificou inteiramente o processo de cópia, permitindo que fotos fossem impressas em placas de metal. A segunda

possibilitou a realização de quatro operações matemáticas (adição, divisão, subtração e multiplicação), armazenando dados na memória e imprimindo os resultados. A conversão de múltiplas mídias em informações digitais acessíveis aos computadores, transformaram som, imagens e texto em conjuntos de dados digitais. A confluência dessas trajetórias trouxe o estudo das novas mídias (MANOVICH, 2000).

Essa convergência trouxe uma preponderante mudança na natureza da informação convertida em *bites*, trata-se da cultura intermediada, de forma inédita, pelos números e sua lógica inerente.

Os princípios postulados por Manovich vêm acompanhados da recomendação de que devem ser entendidos como tendências gerais, ou seja, como um hábito, uma cultura computacional. E, à medida que esses códigos permeiam as camadas da cultura, vão paulatinamente ampliando sua manifestação (MANOVICH, 2000, p. 27). Esses princípios obedecem a uma lógica axiomática, segundo ele – sendo os três últimos princípios dependentes dos dois primeiros.

Ponto interessante a observar é que lógica axiomática pressupõe, pois, o estabelecimento de evidências inquestionáveis, como ponto de partida do pensamento. Esse tipo de organização mental se assemelha ao modelo arborescente, hierarquizado, e tem correspondência com a própria estrutura de funcionamento dos computadores (MANOVICH, 2000, p. 27).

Ainda que estejamos falando da mesma máquina, é importante lembrar que ela opera a partir de sistemas distintos de organização das informações. Duas das mais utilizadas, são: o *Graphical User Interface*, um sistema hierárquico de arquivos, desenvolvido em 1984, que considera que o mundo pode ser reduzido a uma ordem lógica e hierárquica, onde cada objeto ocupa um lugar distinto e bem definido. A outra se trata de rede não hierárquica de *hyperlinks*, a amplamente conhecida *World Wide Web* desenvolvida nos anos 90, onde cada objeto tem a mesma importância que qualquer outro e que todas as coisas estão, ou podem vir a estar, conectadas a todas as outras coisas (MANOVICH, 2000, p. 16).

Valendo-nos aqui do conceito de rizoma de Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995) oriundo da biologia, o termo é utilizado para descrever o pensamento descentralizado, em que prevalecem a multiplicidade. Representados como bulbos que se conectam por linhas de diferentes naturezas, sem posição hierárquica definida, esses rizomas apresentam dimensões que, ao serem alteradas, mudam a natureza do próprio bulbo; são multiplicidades. Nas palavras dos autores:

O que conta é que a árvore-raiz e o rizoma-canal não se opõem como dois modelos: uma age como modelo e como decalque transcendentais, mesmo que engendre suas próprias fugas; o outro age como processo imanente que reverte o modelo e esboça um mapa, mesmo que constitua suas próprias hierarquias, e inclusive ele suscite um canal despótico (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 31-32).

Essa asserção nos auxilia no entendimento da lógica das novas mídias, por justamente apresentar um caminho que orienta à constante modificação da lógica, considerando a transformação da linguagem, ou a transcodificação, como veremos a seguir.

Os princípios das novas mídias apontados por Manovich (2000), são: 1. Representação numérica; 2. Modularidade; 3. Automação; 4. Variabilidade; 5. Transcodificação.

Como antecipado, o número é a novidade e lógica dessas novas mídias. Todos os objetos delas originados, sejam eles criados pela própria tecnologia ou convertidos da fonte analógica, são compostos por códigos digitais e são, portanto, representações numéricas. Verificamos, assim, duas consequências possíveis: os objetos podem ser descritos matematicamente e podem ser processados por algoritmos para que possam ser programados. No outro, o processo de digitalização assume que a informação analógica é inerentemente contínua, e por isso suas etapas incluem a amostragem da informação, atribuindo valores numéricos e partir de uma grade de valores definidos. A quantificação, a representação digital, é a especificidade trazida pela digitalização (MANOVICH, 2000, p. 22-24)

O princípio da modularidade, imprescindível para os demais, assevera que os objetos das mídias digitais são compostos de partes independentes entre si, composta de partes menores e igualmente independentes, sendo o pixel seu último nível. Ainda que eles possam fazer parte de outros objetos maiores, eles não perdem sua independência. Em termos de programação e seu funcionamento, faz-se importante notar que o computador não segue o mesmo padrão modular ilimitadamente. Por exemplo, se um módulo for deletado, o computador pode não funcionar. Essa modularidade existe para organização temporal e espacial, e como resultado, cada mudança formará um novo todo (MANOVICH, 2000, p. 24-25).

O princípio da automação só é possibilitado pelos anteriores e envolve muitas operações para criar, manipular e acessar novas mídias. Por meio da automação, as intenções humanas podem ser parcialmente eliminadas do processo criativo. Ele distingue dois tipos de automação: "baixo nível" e "alto nível". A primeira diz respeito à possibilidade de os usuários criarem ou modificarem objetos com base em modelos existentes no programa, muitas vezes acionados por eles próprios. Um exemplo possível são os editores de texto, que corrigem automaticamente, oferecem ajuda e geram o layout de um documento instantaneamente. A categoria "alto-nível"

refere-se à tentativa do computador de compreender o significado envolvido no objeto gerado. Isso faz parte da pesquisa voltada para o desenvolvimento da inteligência artificial, o autor citou o jogo como um produto para pesquisas na área. Quando falou sobre jogos virtuais, destacou que os personagens desse jogo só possuem inteligência e habilidade, o que traz um senso interessante de automação, pois o programa impõe restrições rígidas à possibilidade de os usuários interagirem com esses personagens. Portanto, a inteligência do computador dependerá da limitação da expressividade humana entre a programação (restrita pela programação) (MANOVICH, 2000, p.25-28).

Os *softwares* de busca são outra forma de automação, impulsionados pelo grande volume de elementos e diretamente conectado às informações importantes, com acesso imediato, pelos usuários. Eles são desenhados para procurar na internet, automaticamente, as informações requeridas. Para Manovich (2000, p. 28), não só a criação de novos objetos se torna importante, como o acesso e a reutilização dos objetos já existentes assume preponderância na sociedade atual.

A variabilidade, ou mutabilidade, é o quarto princípio e também consequência dos dois anteriores. Com ele entendemos que os objetos das mídias digitais não são fixos, e podem existir em diferentes versões, potencialmente infinitas, dada sua constituição numérica – seja por manipulação humana ou automatizada. Podemos destacar como exemplos de variabilidade a criação de diferentes interfaces para tratar de um mesmo dado; a utilização de informações sobre o usuário para a individualização automática dos objetos ou a variedade de caminhos que um objeto de hipermídia oferece, a partir de seus *links*, criam diferentes versões do mesmo, entre outras tantas possibilidades (MANOVICH, 2000, p. 30).

O último princípio apontado, a transcodificação cultural, trata sobre transformação dos códigos da cultura e das mídias por efeito dos códigos computacionais. O *software*, quando em combinação com as práticas sociais e culturais, modificam a lógica cultural dos *media* influenciando-se mutuamente. Ao transcodificar informações, o computador modifica estrutura organizacional delas e as próprias (MANOVICH, 2000, p. 32).

As informações, que são dados imanentes da realidade, oriundos de variadas fontes sociais, como a língua, códigos, convenções, e traduzidos em códigos binários, quando devolvidos a camada cultural, entregam novos hábitos, códigos, transpostos da camada computacional. Sendo, então, o computador uma “máquina de mídia” (MANOVICH, 2000, p. 46) que impulsiona importantes alterações nos *hardwares* e *softwares* dos computadores,

principalmente na área das interfaces humano-máquina, criando uma forma de cultura humana modelada pelos meios computacionais.

Portanto, parece ser a transcodificação cultural, permitida pelos princípios da representação numérica e da modularidade, que demarca a epistemologia, ontologia e pragmática da linguagem digital.

A partir do momento em que as máquinas transformaram em código binário os objetos, e passam a programá-los ou manipulá-los algorítmicamente, passou-se a gerar informações de toda sorte, inclusive sob a forma de imagens, alterando a maneira como nos relacionamos com o meio e uns com os outros. A virtualização e desterritorialização foram impulsionadas pela acelerada circulação e mutação dessa informação. Como resultado, as ações se automatizaram, espaço e tempo se fragmentaram, as coisas substantivas perderam valor. Tudo a uma velocidade estonteante, responsável pelo excesso que parece configurar-se na tônica atual gerada, em última análise, pelos princípios das novas mídias vistos aqui (MANOVICH, 2000, p. 47).

Entendemos, assim, que os *softwares* se apresentam como ferramenta de coleta e formatação dados com um potencial de conteúdo muito significativo. O algoritmo aqui não é visto apenas como resultado de uma equação matemática, mas como um conjunto de hábitos sistematizados. Dessa maneira, podemos interpretar determinados modos de fazer, processos e estratégias, a partir do que aquela linguagem nos apresenta.

Esta é uma das sustentações teóricas pela qual queremos aqui interpretar o resultado algorítmico. O grande conjunto de dados é mais uma possibilidade de repensar as postulações e estimativas sobre o que é sociedade, a respeito da cultura e como afinal estudá-las nos dias de hoje.

Nesse sentido, e considerando, sobretudo, a imensa quantidade de dados e informações que são geradas e transformadas no ambiente digital, é possível considerar o *Big Data*, e o aparato que o sustenta, como um aspecto preponderante nessa dinâmica.

O *Big Data* – este grande conjunto informacional que constantemente é aprimorado e que tem para si desenvolvidos inéditos sistemas de armazenamento, tratamento de dados na busca de medições e predições do comportamento humano em rede – é frequentemente utilizado pelo mercado, corporações e grupos políticos como forma de obter informações cruciais para manipulação do meio virtual ou material.

Precisamos, então, interpretar esse conjunto de informações algorítmicas com as perguntas corretas: não podemos apenas visualizar a informação sem atribuir algum tipo de significado ao que enxergamos. Trata-se de uma fonte. Portanto, é preciso depurá-la; averiguar

de diversas perspectivas o que ela pode apresentar. É necessário também, considerar que a ferramenta de leitura destes dados é um intermediador dessa informação e, conseqüentemente, levar em conta para que a ferramenta foi projetada e quem a projetou. Assim, mantemos em vista pressupostos intencionais importantes na leitura imagética desses dados propiciados pelo software. Esse olhar crítico viabiliza a conexão entre a informação e a experiência, sendo fundamental a habilidade e especialidade do pesquisador para identificar e conferir confiabilidade na construção de sentido.

Neste contexto, em tempos que mídias sociais tornaram-se fonte recorrente de busca de formação e informação, os algoritmos ganharam contorno de poderosa arma estratégica no controle e influência do constructo social. Segundo o professor de ciência da informação da Universidade de Michigan, Christian Sandvig, "o algoritmo e o usuário coproduzem o feed" (ALGORITMOS, 2016, s/p). Ele ainda explica que "o computador te observa e aprende com o que você clica. Ao mesmo tempo, você decide como responder ao que ele mostra a você". Ou seja, depois de ter detectado seu comportamento em rede, o algoritmo privilegia o aparecimento de conteúdo relevante de acordo com seu perfil, deixando em segundo plano o que é considerado desinteressante, manipulando diretamente a disposição imagética e de conteúdo que é acessado em rede.

Aqui nos debruçamos sobre outra importante ponderação de Lev Manovich: o conceito de banco de dados como um novo paradigma, uma nova forma de estruturar nossas experiências no mundo. Nas palavras dele:

Depois da chegada da Web (Tim Berners-Lee), o mundo nos aparece como uma infinita e desestruturada coleção de imagens, textos e outros arquivos de dados, é apropriado que sejamos movidos a modelá-lo como um banco de dados. Mas também é apropriado que queiramos desenvolver uma poética, uma estética e uma ética do banco de dados (MANOVICH, 2015a, p. 15).

Podemos interpretar a maioria das páginas na *Web* como coleções de elementos separados – textos, imagens, links para outras páginas ou sites. Ou seja, dados como blocos informacionais independentes possíveis de serem relacionados, mas não com a obrigatoriedade de um encadeamento para que possamos compreender.

Manovich assevera que a *Web* tem uma lógica antinarrativa, já que os elementos que são adicionados ao longo do tempo em um determinado ambiente não formam uma história, não tem a relação temporal e espacial para que resulte em uma conexão lógica. É uma nova forma de manifestação cultural, de entendimento dos acontecimentos e de suas possíveis relações. A definição sobre este embate, nas palavras dele:

Como forma cultural, o banco de dados representa o mundo como uma lista de itens e recusa-se a ordenar essa lista. Em contraste, uma narrativa cria uma trajetória de causa e efeito de itens (eventos) aparentemente desordenados. Portanto, banco de dados e narrativa são inimigos naturais. Competindo pelo mesmo território da cultura humana, cada um clama direito exclusivo de encontrar sentido no mundo (MANOVICH 2015a, p. 13).

Neste novo contexto, a narrativa tem seu conceito redefinido. O usuário atravessa um banco de dados e segue links em seus registros, conforme estabelecido pelo criador do banco de dados. Uma narrativa interativa que pode, também, em analogia ao hipertexto, ser chamada de hipernarrativa (MANOVICH 2015b, p. 23).

Existe uma disposição visual das informações em sites e plataformas⁸, desenhadas de forma a favorecer a interação com o usuário, que estimule e convença o olhar a demorar-se em cima de uma foto, notícia; que encoraje, por fim, o clique, o comentário, a compra.

A partir da forma diagramática, é possível enxergar a relação entre número e conteúdo, aqui considerado como objeto – tudo aquilo que pode ser representado por ele no espaço numérico. Ou seja, torna-se perceptível o raciocínio de articulação dos sistemas, de discursos, de signos, lançando-nos para além da relação causa-efeito, apresentando-nos a narrativa contemporânea, não linear.

Daniela Osvald Ramos (2019), trouxe reflexões importantes sobre esse processo, aclarando que é preciso se descolar da narrativa linear para entender o fluxo diagramático digital: do produto ao processo. Para ampliar a discussão, Ramos, a partir de Lupton e Phillips, apontou que:

(...) representação gráfica de uma estrutura, situação ou processo. Os diagramas podem descrever a anatomia de uma criatura, a hierarquia de uma corporação ou um fluxo de ideias. Eles nos permitem enxergar relações que não viriam à tona numa lista convencional de números, nem numa descrição verbal (RAMOS, 2019 *apud* LUPTON; PHILLIPS, 2008, p. 199).

Assim, entendemos que a articulação entre a captura de dados e o design, promovem a introdução da lógica do banco de dados em nosso cotidiano. Passamos a operar no mundo, tendo em conta os novos procedimentos e ações sugeridos por essa lógica, que se revela não apenas pelo nosso agir comunicacional, mas pela alteração fundamental do nosso cotidiano, do nosso léxico e da forma de pensar.

⁸ Segundo Couldry e Mejias (2019): “as plataformas digitais são os meios tecnológicos que produzem um novo tipo de "social" para o capital: isto é, o social de uma forma que pode ser continuamente rastreado, capturado, classificado e contado como valor de "dados" (p.341, tradução nossa). “Digital platforms are the technological means that produce a new type of “social” for capital: that is, the social in a form that can be continuously tracked, captured, sorted, and counted for value as “data”.

A aceitação não crítica de resultados calculados por computador pode gerar uma passividade moral e intelectual, retardando ou mesmo anulando uma postura argumentativa diante das imagens, sites e plataformas. É preciso ponderar, pois, sobre seu impacto social no processo epistêmico. Nesse sentido, McLuhan antecipou:

Cada um desses estágios da mecanização da expressão humana comparou-se, no seu âmbito, à revolução deflagrada pela própria mecanização da escrita. As mudanças nos processos de associação humana, social e política foram encaixadas no tempo e, portanto, ocultas dos observadores eventuais (MCLUHAN, 1964, p. 150).

Podemos inferir, portanto, que o banco de dados é dotado de linguagem própria e caracterizado como um meio legítimo de expressão. A lógica da representação, no entanto, não é mais a da função-signo, mas uma lógica que pode ser verificada em diversos objetos. Assim, a base de dados pode ser encarada como um novo campo de tensão e disputa, já que o produto que pode dela ser extraído vem carregado de intencionalidade das corporações que o produzem e, em última instância, como uma forma de sustentação da hegemonia corrente.

Sem prejuízo, conseguimos enxergar como o *Príncipe Digital* depende dessa lógica para capilarizar sua atuação e seguir na direção moral, social e econômica da sociedade. Como sabemos, ele é constituído pelo tripé base Multidão de Anônimos, Mobilização Social e Líderes de Opinião (BITTENCOURT, 2016).

Precisamos, no entanto, entender que a alternância e dinamismo é cerne dessa relação de poder: na mesma velocidade que a internet elege quem compõe esse tripé, ela o destitui. O *Príncipe Digital* é formado por facetas diversas e difusas (BITTENCOURT, 2016). Devemos lembrar que parte importante do jogo hegemônico é a concessão e o cerceamento. Esse equilíbrio de forças, sempre muito bem dosado para adoçar os ânimos, é fundamental para deixar inerte toda possibilidade de articulação contra as forças dominantes.

A alternância de líderes, de poderes e de influenciadores⁹, para usar um termo tão corrente, é parte indispensável nessa dinâmica: pintar o *Príncipe Digital* com cores diversas, que passam por matizes democráticos é parte imprescindível do processo. Trocar os articuladores, sempre que necessário, faz parte do xadrez.

Refletir criticamente sobre as nossas ações cotidianas deve ser esforço constante, de sorte a não automatizar os procedimentos, valores e costumes; não podemos absorver o que nos

⁹ Influenciador digital é a pessoa que detém o poder de influência em um determinado grupo de pessoas. Esses profissionais das redes sociais impactam centenas e até milhares de seguidores, todos os dias, com o seu estilo de vida, opiniões e hábitos (VIEIRA, 2020).

é imposto como se natural fosse. Nesse sentido, pensar a forma como se constituem as narrativas faz parte do processo do entendimento do constructo social.

2.4 O constructo social das narrativas

Começamos a discussão sobre narrativas definindo primeiro o que entendemos dela. Para tanto, nos valem de uma das definições que o dicionário apresenta: exposição de um acontecimento ou de uma série de acontecimentos mais ou menos encadeados, reais ou imaginários, por meio de palavras ou de imagens (NARRATIVA, s/d).

Escolhida de forma propositada, essa definição já nos conecta diretamente ao exposto até aqui: a importância da linguagem e do meio no ato de comunicar. Ou seja, o ato de narrar um acontecimento já carrega consigo camadas de intencionalidade que podem passar despercebidamente aos mais desatentos.

Pensar nas intenções possíveis a uma narrativa é fazer um exercício de digressão: é tomar um certo distanciamento do objeto e buscar por trás do que é dito o que está sendo comunicado, tendo em conta a forma e o meio em que está sendo feita a difusão, atentando, inclusive, para o contexto em que o narrador está inserido e como transmite seu ponto vista.

Vejamos, pois, que se trata também da emissão de julgamento diretamente ligado ao paradigma que este narrador participa e que, necessariamente, virá com tons dessa visão de mundo.

Ancorados em Pierre Bourdieu (1998), entendemos que as condições materiais e simbólicas nos afetam (sociedade e indivíduos) em uma relação de interdependência complexa. Em outras palavras, o status social ou o poder que temos na sociedade não depende apenas da quantidade de fundos que acumulamos, nem da educação de prestígio ou de outras características marcantes, mas reside na trama de sentidos que esses aspectos envolvem e como podem se transformar, em dado período histórico.

Toda sociedade ou grupo possui seu universo simbólico, uma alçada na qual a atividade dos símbolos tem um papel essencial, posto que desencadeia domínio de sentido, ou seja, proporciona à vida cotidiana direção, influencia hábitos culturais, normativos, valores organizacionais, sistemáticos e institucionalizados (BOURDIEU, 1998).

Para Bourdieu (1998) a violência simbólica é vista como uma forma de coerção, amparada no reconhecimento de uma determinada imposição, seja ela econômica, social ou simbólica. A violência simbólica ocorre quando crenças são constantemente criadas no processo

de socialização, o que fará com que os indivíduos se posicionem no espaço social de acordo com a forma e os hábitos de discurso. À medida que o discurso dominante é reconhecido e naturalizado, a violência simbólica se legitima.

Em tempos de instabilidade social, a estrutura cognitiva passa por crises no universo simbólico. Aportada em metáforas e estruturas simbólicas, que permeiam a percepção que os sujeitos têm de si e do meio, ela se movimenta para encontrar significados e sentidos. O mecanismo conceitual de manutenção do universo simbólico está corporificado porque são produtos de atividades sociais, da mesma forma que o processo de legitimação, que raramente é entendido separadamente das demais atividades do coletivo em questão. O confronto entre os universos simbólicos distintos acarreta uma disputa pelo poder, terminando quando uma das correntes em questão toma a ponta do processo hegemônico, estabelecendo, sobretudo, o que é padrão e verdade (BOURDIEU, 1998, pp. 148-153).

Quando transportamos esse debate para o campo binário digital, vemos que o ciberespaço seria o ambiente onde as ideias correntes e contra hegemônicas encontram seus instrumentos de divulgação e penetração na sociedade civil para exercer a sua luta. A sua importância estaria na ruptura da unidirecionalidade da comunicação, a pluralidade e diversidade de informações e pontos de vistas que a *Web* oferece; a nova possibilidade, entre outras, do público ter interatividade, direta ou indiretamente, com o que está recebendo.

No entanto, precisamos pontuar que este ambiente digital é desenhado para receber uma determinada linguagem, que recebe camadas extras de intencionalidade quando pensamos no grid, design, na sintaxe e na normatividade em que operam os algoritmos dentro das plataformas e redes. Todas essas hierarquias constituem o conjunto em que estão inseridas as narrativas digitais.

Não há neutralidade no ambiente. O *Príncipe Digital*, capilariza suas práticas e institui suas diretrizes a partir do algoritmo – que, desenhado pelas grandes corporações, promove em seus traços numéricos a reprodução do *status quo* por meio do domínio em rede. Ambiente esse em que o capitalismo opera com menos ética, com menos regulamentação e com a maximização dos lucros a todo e qualquer custo.

Assim, verificamos o quão assimetricamente essas forças se posicionam, pois a contrahegemonia, precisa emergir das brechas desse sistema tão bem engendrado e de alcance massivo para conseguir trazer a superfície, ao público, tudo aquilo que esconde nas entranhas.

Discorreremos com mais detalhes sobre a trama que constitui a ideologia no capítulo a seguir. No entanto, esse caminho é importante para delinear os rumos dessa pesquisa.

3. IDEOLOGIA, HEGEMONIA E ALGORITMOS

3.1 Ideologia – uma abordagem

Pretendemos articular, pois, o que trabalhamos até aqui sobre a linguagem, o que a sustenta e o impacto de sua fruição a partir dos suportes informacionais, entrelaçando com a ideologia – que a perpassa – e como essa trama significa, ao fim, a forma manifesta da hegemonia corrente.

Ainda que existam diversas definições atribuídas aos termos ideologia e hegemonia, é possível encontrar um fio condutor semântico que nos conduz ao sentido das formas simbólicas por parte dos grupos sociais, que lutam pelo reconhecimento, o exercício do poder, sua manutenção e pelo apaziguamento de ânimos.

Quando a comunicação se tornou um fator estruturante do exercício da política, na esteira das diversas transformações da modernidade, emergiu a hegemonia como um conceito que traduziu a busca de ascendência cultural, de uma classe ou estrato social sobre outros. Tanto a ideologia como a hegemonia são conceitos que se articulam de modo notório com a dimensão simbólica, cultural e comunicacional da atividade social e política, com as relações de poder e de dominação. Nesse sentido, ocupam um lugar importante no vasto campo de estudos das relações entre comunicação e política (GRAMSCI, 2001).

O termo ideologia veio da filosofia iluminista francesa pós-revolução, cunhado pelo filósofo, político e soldado Antoine-Louis-Claude Destutt, o conde de Tracy, líder da escola dos *ideólogos*¹⁰ para designar uma ciência que tinha por objetivo ser a “ciência das ideias”. Um conceito racionalista no qual fosse possível analisar sistematicamente ideias e sensações, culminando em uma base segura para um conhecimento sólido. Destutt de Tracy utilizou algumas teorias e metodologia das ciências naturais em busca de compreensão sobre a origem e a formação das ideias, a partir da observação do indivíduo em interação com o meio ambiente (CHAUÍ, 2008).

Ainda que bonapartista num primeiro momento, o movimento tornou-se opositor e desafeto do regime em um período curto, e por isso, sinônimo pejorativo para Napoleão – que atacou diretamente a imagem que os participantes da escola tinham de si:

Todas as desgraças que afligem nossa bela França devem ser atribuídas à ideologia, essa tenebrosa metafísica que, buscando com sutilezas as causas

¹⁰ Termo cunhado por Napoleão, referindo-se aos participantes adeptos à corrente filosófica como “deformadores da realidade” (CHAUÍ, 2008).

primeiras, quer afundar sobre suas bases a legislação dos povos, em vez de adaptar as leis ao conhecimento do coração humano e às lições da história (CHAUI, 2008, p. 27).

O sentido contemporâneo do termo é entendido, em larga medida, a partir da reflexão de Marx, com quem os demais pensadores e filósofos do ocidente se relacionam, ainda que antagonicamente. Karl Marx, conservando o sentido napoleônico do termo, dirigiu-se aos ideólogos alemães com severas críticas, pois, segundo ele, esses ideólogos invertiam as relações entre as ideias e a realidade, formando um sistema de concepções que não possuíam relação com o mundo real. Apesar de se autodenominarem teóricos revolucionários, representavam a ideologia alemã conservadora (MARX; ENGELS, 1987).

Em *A Ideologia Alemã* (1989), uma compilação de ensaios diversos de Karl Marx e Friedrich Engels escritos durante os anos de 1845 e 1846, os autores afirmaram que a produção de ideias se conecta profundamente à atividade material e que o indivíduo é dependente das condições materiais de sua produção. A produção das condições de existência além de natural é social, uma vez que o que determinaria a forma de troca entre os homens é o que definiria a forma da produção na divisão do trabalho. Portanto, ao desenvolverem sua produção material, os homens transformam o seu modo de pensar.

Nesse sentido, de forma a avançar em nosso propósito, recorreremos a pontuações importantes feitas por Althusser, que estabeleceu, de modo complementar a teoria marxista, uma relação causal entre infraestrutura, relações sociais de produção e pelas forças produtivas, que nos auxiliará na articulação dos conceitos trabalhados nessa dissertação. Vejamos mais detalhadamente a seguir.

3.2 Linguagem e inconsciência, signo e ideologia

O filósofo francês Louis Althusser, ancorado no trabalho do psicanalista Jacques Lacan, desenvolveu seus estudos de forma a entender a função da ideologia na sociedade – afastou-se, assim, das antigas formas de compreensão da ideologia, no intuito de obter uma compreensão para o seu tempo.

Em *Aparelhos Ideológicos de Estado* (1985), Althusser nos trouxe o conceito de “ideologia geral” – e com ele seguiremos para o desenvolvimento de nosso argumento. Outras considerações como “ideologia dominante” ou “ideologia da classe dominante” são definições

que se mostraram imprecisas com o passar do tempo, e nelas, ideologia se confunde com ideário, algo como um sedimento de princípios, com definições ultrapassadas, segundo Bucci (2019).

Precisamos pontuar, inclusive, que parece também já estar ultrapassado o que Althusser considerou como os “aparelhos ideológicos do Estado” – compreendido aqui como a Escola ou a Igreja – essas instituições não podem mais serem vistas rigorosamente nem como “aparelhos” nem como “de Estado”. Sobretudo numa sociedade profundamente globalizada (BUCCI, 2003). Não obstante, Althusser deixou-nos uma análise a respeito de ideologia “em geral” que devemos apreciar: principalmente, a noção de ideologia como “representação de relações imaginárias” (ALTHUSSER, 1985, p. 93). Com esse preceito, o autor vai além dos conceitos que restringem a ideologia a uma coletânea de ideias, de valores ou a um programa político – carregado de intencionalidade. Althusser transpõe o vínculo entre ideologia e intencionalidade.

Quando Althusser (1985, p. 85) diz que a “ideologia é uma representação da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência”, ele nos abre um precedente muito importante: o estabelecimento de um vínculo com o inconsciente – já que considerar a relação imaginária abre margem para que compreendamos a ideologia e inconsciente de maneira amalgamada. No entanto, não podemos nos deixar conduzir pelo pressentimento de que se trata de uma atividade de âmbito pessoal, solitária. É uma atividade de âmbito coletivo.

A estrutura especular duplicada da ideologia garante ao mesmo tempo o reconhecimento mútuo entre os sujeitos e o Sujeito¹¹ e entre os próprios sujeitos, e finalmente o reconhecimento de cada sujeito por si mesmo.²⁸⁵ Aquela definição singela, contudo, enfatiza o que deve ser enfatizado: a representação da relação imaginária (ALTHUSSER, 1985, p. 85).

Dessa forma, entendemos que não cabe mais que a ideologia seja entendida como um conjunto de ideias. Não se trata mais de encará-la, como juízos que, sem signos, são elaborados e traduzidos na linguagem. A ideia só se realiza no sistema de signos. Portanto, achar que nos é possível conformar os signos para modelizar a ideologia, seja em qual direção for, seria, em última instância, acreditar que possamos pensar à despeito dos signos e depois, traduzir esse pensamento em signos instrumentalizados (BUCCI, 2003).

Pensar na ideologia como ferramenta de uma determinada classe, utilizada no esforço de uniformizar, difundir e representar valores e interesses, já não cabe. Pois, o que nos parece é que essa força subjuga a todos que estejam sob a égide do capital – independente da classe ou

¹¹ Sujeito está grafado aqui com letra maiúscula numa referência direta ao entendimento lacaniano de reforçar o entendimento desse indivíduo dentro da dinâmica social.

direcionamento político. Nesse sentido, ela está por trás da orientação sociopolítica que nos fiamos – ela naturaliza o que não poderia ser de nenhuma ordem naturalizado.

Assim, entendendo a ideologia como um sistema de representação vinculado ao nosso inconsciente, enxergamos esse processo de subjugação não de forma que possa oprimir este ou aquele – mas todos. Adorno e Horkheimer (1985) anunciaram esse preceito quando articularam ideologia e dominação, de maneira orgânica.

Adorno e Horkheimer (1985, p. 48) afirmaram que “o consumidor se torna a ideologia da indústria da diversão”, explicando-nos, pois, que a ideologia não é uma força que se move, se propaga ou funciona numa única direção, mais do que isso, ela implica no dominador aquilo que busca subjugar no dominado. No sentido do que Adorno e Horkheimer explicam, esse processo de subjugação se realiza quando a indústria da diversão transforma o consumidor em ideologia. Logo, a ideologia só é ideologia quando passa despercebida, quando se neutraliza.

Portanto, a ideologia, assim, não é passível de ser instrumentalizada em favor de qualquer classe, dado que ela é a instrumentalizadora. Seu papel é aplacar o todo: quanto menos dotada de sentido direcionador, moral, social ou econômico, mais ela consegue se enraizar e difundir.

A ideologia assim reduzida a um discurso vago e descompromissado nem por isso se torna mais transparente e, tampouco, mais fraca. Justamente por sua vagueza, a aversão quase científica a fixar-se em qualquer coisa que não se deixe verificar, funciona como instrumento da dominação (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 138).

Em *O poder simbólico* (1989), Pierre Bourdieu também se refere a esse fenômeno ao abordar a produção ideológica e a maneira como se realiza na base estrutural – entre o campo da luta de classes e o campo da produção ideológica. Bourdieu pondera que o opressor também opera ideologicamente e inconscientemente sob o “poder invisível”. Dessa forma, o dominador não conduz essa força que não se enxerga, mas é conduzido por ela: “O poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 1989, p. 8).

Assim, alcançamos que a ideologia não reflete o mundo real, mas representa a relação imaginária entre os indivíduos para o mundo real (ALTHUSSER, 1985, p. 85). Nós estamos inseridos na ideologia porque dependemos da linguagem para concretizar nossa realidade; dessa forma, diferentes ideologias seriam representações distintas da nossa realidade social e imaginária, não uma representação do real em si mesmo. Para Althusser, é impossível ter acesso

às “condições reais da existência” (ALTHUSSER, 1985, p. 73) devido à nossa dependência da linguagem.

Portanto, entendemos que, a partir de uma minuciosa análise sociocultural e econômica, conseguimos perceber o modo como estamos inscritos no mundo e, em última instância, como somos inscritos na ideologia. Tateando o que de fato nos impele e subjuga, e não o que aparentemente nos figura como o opressor.

Aqui recorremos a Mikahil Bakhtin, que adverte que o lugar de realização do ideológico na linguagem não está na língua como um sistema abstrato de formas, mas no signo linguístico, na palavra. É o que propunha Bakhtin ao afirmar que sem signos não existe ideologia, porque tudo que é ideológico é um signo (BAKHTIN, 1997, p. 45).

Para Bakhtin signo pode ser qualquer objeto natural, específico, ou um produto natural, tecnológico ou de consumo, mas para um signo se converter em um signo ideológico precisa ultrapassar suas próprias particularidades, isto é, deve passar a refletir, de alguma forma, uma outra realidade. Ponderando que, para ele, todo signo ideológico faz parte de uma realidade e é materializado de alguma forma, som, massa física, cor, movimento – o signo é um fenômeno do mundo exterior (BAKHTIN, 1997, p. 32-33).

Avançando neste propósito, Bakhtin (1997, p.36) entende que a palavra é o modo mais puro e sensível na materialização da comunicação social, isto é, é na palavra que melhor se revela a ideologia. Mas, ao mesmo tempo, ela é um signo neutro, pois pode preencher qualquer função ideológica, seja no discurso científico, no religioso ou no político.

No entanto, a palavra acompanha todos os fenômenos ideológicos da sociedade. Mesmo que essas manifestações ideológicas não possam ser substituídas, é através das palavras que elas encontram suporte. Após o esclarecimento dos traços particulares da palavra é que compreendemos melhor Bakhtin quando afirma que ela é fundamental no estudo das ideologias (BAKHTIN, 1997, p. 43). A palavra está presente em todas as relações com os indivíduos, tornando-se, portanto, o material semiótico capaz de registrar as transformações sociais por mais sutis que sejam. Nessa perspectiva, Bakhtin (1997, p. 44) esclarece: 1) Não separar a ideologia da realidade material do signo; 2) Não dissociar o signo das formas concretas de comunicação; 3) Não dissociar a comunicação e suas formas de sua base material.

A partir dessas sentenças inferimos que a interação social exerce uma influência poderosa nas formas do signo, da mesma forma a comunicação verbal é determinada pelas relações de produção e pela estrutura socioeconômica. Assim, entendemos que a afirmação de que a palavra representa “a arena onde se desenvolve a luta de classes” (BAKHTIN, 2004, p.

46). No signo ideológico é possível identificar índices de valor concorrentes que se encontram, e, segundo Bakhtin (1997, p. 46), o código de comunicação é o mesmo, porém o índice de valor de cada signo varia de classe social a classe social.

Pode-se concluir que o signo e a ideologia são faces de uma mesma moeda, não sendo possível se remeter a um sem conseqüentemente tangenciar o outro (BAKHTIN, 1997, p. 47). Portanto, é possível entender que toda palavra é uma manifestação ideológica e que a utilização da língua é uma utilização ideológica das palavras. Assim, a palavra representa o produto da interação social existente entre as diversas classes sociais, constituindo-se, nas palavras de Bakhtin (1997, p. 66) “uma arena em miniatura onde se entrecruzam e lutam os valores sociais de natureza contraditória”.

No entanto, no que respeita o inconsciente, não é possível seguirmos com Bakhtin, dado que para ele a atividade mental imprevista permanece isolada da vida espiritual dos indivíduos. De tal sorte que para avançarmos nesta construção encontramos em Michel Pêcheux (1996) o esteio necessário – dado que aprofunda o entendimento de Althusser:

Permitam-me apenas ressaltar que o traço comum a essas duas estruturas, respectivamente chamadas ideologia e inconsciente, é o fato de elas operarem ocultando sua própria existência, produzindo uma rede de verdades “subjetivas” evidentes, com o “subjetivas” significando aqui não o que “afetam o sujeito”, mas em que o sujeito se constitui (PÊCHEUX, 1996, p. 48).

Vejamos, então, que o sujeito não tem condições de optar por estar dentro ou fora da ideologia, é atravessado por ela, sujeitado a uma condição que, por mais que pareça evidente, escapa aos seus olhos. “É a ideologia que fornece as evidências pelas quais ‘todo mundo sabe’ o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve etc., [...]” (PÊCHEUX, 1996, p. 160).

O sujeito jamais se apropria inteiramente da linguagem: o sujeito só fala e só se constitui na linguagem. Jamais fora dela. A linguagem tem o lastro da ideologia – mas o ser ideológico não precisa saber. Assim, entendemos que quanto mais a ideologia existe, menos a ideologia aparece – quanto mais você é dirigido pelo inconsciente menos perceptível fica. Portanto, é possível alcançar que a ideologia reflete a luta de classes, refrata a ordem de um determinado Estado, mas ninguém a governa. A ideologia serve para ocultar aquilo que não é sabido que está sendo ocultado (BUCCI, 2003).

3.3 Hegemonia e Algoritmos

Hegemonia, etimologicamente, deriva do grego *eghestai*, que significa, "ser guia", "ser chefe", e do verbo *eghemoneuo*, que quer dizer "conduzir", e por derivação, "comandar", "dominar". A luta pela obtenção da hegemonia, envolve sempre a relação entre o Estado, a sociedade civil, as formas materiais de produção e as estruturas ideológicas e jurídico-políticas.

Essa disputa pode nos remeter à Guerra do Peloponeso, que em linhas gerais, foi um conflito que se estendeu de 431 a.C. a 404 a.C, quando as cidades-Estado da Grécia antiga Atenas e Esparta, com severas diferenças sociais, culturais, bélicas e políticas, entraram em disputa pela dianteira da influência das demais cidades-estados da antiga civilização grega.

Mas nos fiaremos aqui em Antonio Gramsci e seu conceito de hegemonia cultural, que é entendida como um privilégio na produção simbólica e de sentido, obtido no decurso de uma luta entre os intelectuais ativos na sociedade civil no contexto de uma prática política levada a efeito no interior de uma sociedade modificada pelas transformações democráticas diversas (GRAMSCI, 2001).

O intelectual italiano Antônio Gramsci refletiu sobre hegemonia cultural, conferindo-lhe novo status. Ele observou, a partir da sociedade italiana, como seu desenvolvimento influenciou as relações de classe e os grupos intelectuais na produção da cultura. Considerando alguns aspectos e características inerentes àquela sociedade, como a industrialização tardia, por exemplo, a relação entre a estrutura e a superestrutura foram percebidas de forma distinta do que tinha sido proposto por Marx. Para Gramsci a superestrutura possuía enorme influência sobre a estrutura; os intelectuais e as ideias alteram a maneira como os homens se relacionam com a política e com os meios de produção. E o proletariado, para alcançar a revolução, tinha que conquistar, também, a hegemonia das ideias (GRAMSCI, 2001).

Na teoria gramsciana o conceito de hegemonia define a sociedade civil como arena de luta política e de luta simbólica. Este conceito revela a natureza complexa da ligação entre o povo e os grupos liderantes da sociedade. Gramsci indicou que os efeitos políticos que decorrem do funcionamento da ideologia geram impacto desta sobre a sociedade na integração dos vários grupos numa dada ordem social. A ideia de cotidianidade que envolve a noção de hegemonia confere-lhe uma presença real, uma efetividade que ultrapassa a noção eventualmente mais debilitada de ideologia (COUTINHO, 1999, p. 10-13)

Justo por Gramsci entender a hegemonia como algo além da direção política, mas também como condução moral, cultural e ideológica, é que a teoria gramsciana nos oferece

esclarecimento sobre essa dinâmica, que é possível de aproximar desse embate entre as instituições e as linguagens dos meios que disputam a hegemonia no espaço público. A potencialidade do conceito de Gramsci está em reconhecer que a autoridade e suas diferentes formas de coerção envolvem artifícios muito mais sofisticados que a violência. Trata-se, sobretudo, da capacidade de conquistar alianças, do poder do convencimento, da naturalização de hábitos e valores que se toma a dianteira desse processo de disputa (GRAMSCI, 2001).

É possível que possamos entendê-la, também, como a capacidade de um determinado grupo absorver os demais, de cooptar, passando a dirigir, a partir da capilarização de códigos, padrões, os sentidos, conexões e interconexões na sociedade civil, no espaço público. O paradigma passa a ser modelado de acordo com interesse dessa voz hegemônica, do *Príncipe*, que utiliza dos seus meios para institucionalizar a corrente e força dominante.

Comumente este conceito envolve uma reflexão sobre o papel dos intelectuais, a cultura de massa e a indústria cultural. O conceito também é utilizado para discutir sobre o papel da mídia nas sociedades contemporâneas, principalmente sobre o poder que exercem em produzir ideias e estilos de vida hegemônicos, reordenador das relações sociais, consequentemente orientado para a transformação. Nessa medida, a cultura e as instituições têm de gozar de uma certa autonomia, têm que se afirmar como independentes e separadas se se pretende que a hegemonia funcione (COUTINHO, 1999, p. 9-10).

Nesse sentido, a metáfora do edifício é um conceito importante dentro da teoria marxista: com ela, Marx conceituou o entendimento sobre a infraestrutura e a superestrutura social. Na base dessa construção social estaria determinada, a partir da relação com as forças produtivas, as relações sociais necessárias em uma dada forma de organização social. Organização essa estabelecida à revelia da vontade de quem a integra e que condiciona todas as demais. Sobre esta estrutura se ergueria a superestrutura, que corresponde às formas de consciência social em geral, como a política, a filosofia, a cultura, as ciências, as religiões, as artes, etc. A superestrutura compreende também os modos de pensar, as visões de mundo e demais componentes ideológicos de uma classe. Aí se inserem as formas de governo, de Estado, da educação. Apesar de uma dada estrutura de sociedade comportar formas superestruturais as mais diversas, esta deve, necessariamente, se adequar ao domínio estrutural (COUTINHO, 1999, p. 15-23).

Dessa forma, o que temos é o modo de produção da vida material condicionando a vida social, política e intelectual, de forma geral. Com isso é possível entender que dinâmica econômica determinará a existência de diferentes formas de consciência de Estado e social, que

serão ajustadas para satisfazer o funcionamento dessas relações econômicas. Portanto, quando o desenvolvimento da produtividade ocasionar mudanças nas relações de produção, a superestrutura mudará. Em outras palavras, a superestrutura não é autônoma, não acontece por si mesma, mas é construída a partir das relações de produtividade e de produção.

No entanto, se quisermos discutir cultura nos tempos atuais, não podemos mais tratá-la como da ordem da superestrutura. A cultura da época do espetáculo (BUCCI, 2003) é fabricada por sistemas produzidos pela infraestrutura. Precisamos reconhecer que aquilo que foi classificado como parte da superestrutura atua materialmente na reprodução da infraestrutura – modificando o sentido do exposto até aqui.

A superestrutura não fica numa posição supostamente no alto, sendo determinada pela base estrutural. A disputa pelo estabelecimento de valores, hierarquia e conceitos passa, de forma determinante, pelas instituições mediáticas. Dessa forma, verificamos que a superestrutura volta para a estrutura a condicionando diretamente.

Mesmo retomando Marx, é possível constatar que a consciência¹², atuando sobre o curso da História, faz com que essa relação não seja estática. Em poucas e gerais linhas, segundo o materialismo de Marx, a consciência e o ser, a ideia e a matéria, são duas formas distintas de um mesmo fenômeno que se chama, em termos gerais, natureza ou sociedade. Estas partes não se negam, nem representam a partir de um mesmo fenômeno. Trata-se de que no desenvolvimento da natureza e da sociedade, à consciência, precede uma correspondente mudança material, isto é, o que se produz fora de nós; após esta ou outra mudança material, cedo ou tarde segue-se inevitavelmente a correspondente mudança ideal (BOTTOMORE, 2001).

O ponto que temos hoje é que, para além da disputa política convencional, que visa o poder no Estado, uma outra disputa por hegemonia toma conta dos espaços públicos, é nela que precisamos nos ater e nos debruçar. Essa nova forma de disputa provém do padrão algorítmico, que a partir do seu impacto social, modeliza o padrão dentro e fora das redes. Aqui nos remetendo, diretamente, ao conceito de Transcodificação Cultural de Lev Manovich, abordado no capítulo anterior.

Esses novos valores mensuram os nossos parâmetros, pautam nossas discussões e figuram como algo para além do controle social. Se no postulado de Maquiavel o *Príncipe* era capaz de, a partir da articulação de suas qualidades, intervir na sociedade e atuar conforme seus

¹² Marx, retomando uma crítica ao idealismo de Hegel, contempla em seu materialismo essa contraposição.

interesses; em Ianni, o *Príncipe Eletrônico* figurou como intelectual coletivo e orgânico, que se materializava, sobretudo, na televisão, constituído e influenciado pelos grandes grupos econômicos e políticos, ainda que com pequena participação da sociedade; assim, nas redações da mídia, o intelectual, então, é o editor, que age sobre aquilo que vai ser dado para o domínio público. O *Príncipe Digital* se organiza no campo das mídias digitais, e consegue catalisar, potencializar e difundir os padrões a serem introduzidos como diretriz sociocultural, contando com a diluição do seu sentido ordenador, que não estão exatamente sob controle das instâncias anteriores. Ou seja, atendendo aos desejos de uma massa, a máquina da comunicação digital se coloca bem, mas essa máquina da comunicação digital não tem ela mesma uma plataforma, portanto, ela não aciona seus intelectuais orgânicos para atingir um determinado tólos, para atingir uma determinada meta política, ela vai ao sabor (BITTENCOURT, 2016).

No entanto, nos marcos que estamos trabalhando, existem indícios que nos levam crer que a hegemonia seja exercida pelo capital, não por aparelhos do capital, não por superestrutura, mas diretamente pelo capital, sendo o algoritmo um mecanismo subterrâneo de espectro de atuação do *Príncipe Digital*.

Segundo Christian e Griffiths (2017), algoritmo é uma sequência finita de instruções executadas mecanicamente ou eletronicamente em um espaço computacional. Os algoritmos precisam de programações manuais, mas podem ser executados automaticamente, conforme os comandos recebidos. Isto é, algoritmos são códigos e procedimentos necessários para executar as tarefas exigidas pelo navegador, plataforma ou ambiente digital. Estes códigos e procedimentos são também novos termos e preceitos paradigmáticos, a partir do momento que compreendemos este processo como linguagem e comportamento humano sistematizados.

O algoritmo, que é a força motriz dessas plataformas, sites de busca e ambientes digitais diversos, é imputado nos sistemas e não modela apenas a forma como se obtém ou distribui dados, modelam nossas vidas, a forma como entendemos e atuamos no mundo. A adoção das tecnologias, como vimos no capítulo anterior, imputa através de seus suportes, suas práticas e formas de operação; formatam nossas mentes e passamos a pensar a partir dessa modelização. O livre arbítrio, que nos é supostamente inerente, é fundamentalmente ameaçado, pois quando adotamos uma estrutura cognitiva, aquilo que pode ser pensado já está determinado, em grande medida, por essa estrutura sistêmica apresentada. Ou seja, as disposições cognitivas, a maneira como organizamos nosso pensamento e ação, determina de forma preponderante as relações de poder.

A TV, por exemplo, que é um meio de convergência – um grande abre alas ao mundo internético que reconhecemos hoje – trouxe consigo o princípio da ubiquidade pela instância da imagem ao vivo, ampliando e definindo essa capacidade de convergência e nos antecipando o que hoje nos é cotidiano: ser e estar interconectados, de várias formas e por vários dispositivos conectados em rede.

Assim, alcançamos que a adoção do suporte informacional em nosso cotidiano, transpõe o papel de meio comunicacional e toma papel central na consolidação nas estruturas hegemônicas – em suas camadas mais profundas. Os *Príncipes*, por meio dos seus correlatos suportes, se mostraram, na esteira de sua atuação, como intérpretes únicos da vontade comum. E não esqueçamos, pois, que faz parte do jogo hegemônico consentir, recuar, ceder, tudo isso feito de forma propositada, calculada. Trata-se controle de opções. Trata-se de ceder por esta ou àquela opção, não de democraticamente estabelecer o que deva ser considerado opção, e a partir de consulta verdadeiramente ampla e representativa, demonstrar alternativas para o debate público.

A partir de Adorno e Horkheimer (2006, p. 132), entendemos que a indústria cultural não tem ideologia, dado que ela é sua própria ideologia: atender o desejo do consumidor é o estágio fim – apesar de sabermos que ela também pode pautar esse desejo, até certo ponto. Os capitães da indústria cultural, nesse sentido, são tão alienados quanto o trabalhador que opera uma máquina. Então, o traço de fazer o desejo ser atendido, e de se colocar a serviço do desejo, retira do suposto intelectual orgânico a condição de pautar verdadeiramente o que vai ser o debate público.

Ora, mas e o algoritmo? Como ele funciona? Existem desenhos diferentes, paisagens diferentes, composições diferentes, designs diferentes, no Twitter, no Facebook, no Google, na Amazon, mas o ponto é que, ao final, é sempre o capital que nos fala.

Os traços de racismos evidentes em vários softwares, a forma como tem se desenvolvido a pesquisa em torno da Inteligência Artificial e do Aprendizado de Máquina, o governo desse fluxo é o capital – que pode se travestir em vários nomes, códigos, mas que identificamos, por fim, como a mesma força que pulsa sua lógica.

Existe uma automatização da captura e modelização dos dados que não é neutra, ela trabalha com a maximização de extração de olhar, maximização de captura de dados, da constituição de banco de dados cada vez mais completos e intercruzados, que desnudam nosso comportamento, intimidade, por ordenação do capital. Nossos vestígios em rede, gravados pelo nosso fluxo de navegação, pelas nossas “curtidas” nas plataformas, pelo nosso consumo, não só

de mercadoria, mas de conteúdo, tem construído um perfil em rede, compartilhado pelas grandes empresas, vendidos por *databrokers*¹³, que direcionam os nossos sentidos dentro do ambiente virtual (ZUBOFF, 2019).

Por que o espaço público não consegue regular o algoritmo? Por que o marco regulatório da internet não consegue enquadrá-lo dentro de dispositivos legais de proteção e regulamentação de seu uso? Por que o algoritmo, como a fórmula da Coca-Cola, é secreto? Podemos aceitar democraticamente que seja secreto, opaco, fechado, proprietário um código que governa o fluxo do debate público?

Essas são questões que determinam a mídia como fundamental na estrutura econômica de nossa sociedade e com um preponderante papel na política e sociabilidade contemporânea. Todo este setor, que hoje figura com um lastro maior de atuação, fruto da convergência tecnológica e fusão de capitais privados, tem uma importância fabulosa na batalha das representações sociais, também está numa posição privilegiada de alcance da reprodutibilidade do capital.

Verificamos, por isso, que uma parte considerável da mediação simbólica, designadamente a construção de sentidos partilhados para a conduta social, a reprodução e a normatização de valores que permitem a formação e consolidação de identidades sociais coletivas está, de modo cada vez mais evidente, dependente da intervenção da mídia. Deste modo, a representação social praticada nos *media* articula-se de modo decisivo com os conceitos de ideologia e de hegemonia: “uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências” (BOURDIEU, 1989, p. 9).

Neste sentido, aprofunda-se a relação entre o mundo administrado e a indústria cultural. A consequência é a progressiva absorção da cultura pela administração: a cultura perde a sua dimensão crítica e existe uma dissolução do antagonismo entre cultura e realidade social (ADORNO, 1996, p. 98). Esta integração conduz a um rumo inevitável: “a cultura do capitalismo industrial avançado é mais ideológica que sua predecessora, visto que, atualmente, a ideologia está no próprio processo de produção” (MARCUSE, 1973, p. 31).

Ainda pensando a partir de alguns estudiosos da Escola de Frankfurt, para Herbert Marcuse (1982, p. 31) a perda dessa dimensão de negatividade e de oposição é a contrapartida ideológica do próprio desenvolvimento material da sociedade industrial avançada: “o impacto do progresso transforma a Razão em submissão aos fatos da vida e à capacidade dinâmica de

¹³ Profissionais dedicados a compilar e vender dados de usuários da internet (SOUZA, 2021).

produzir mais e maiores fatos do mesmo tipo de vida” (MARCUSE, 1982, p. 31). A indústria cultural é absorvida pela realidade e traduz-se na integração, pela racionalidade tecnológica da sociedade administrada, dos valores culturais na ordem estabelecida.

A segunda metade do século XX apostou na informação e seus desdobramentos tecnológicos como um campo possível de desenvolvimento das aptidões humanas para convivência em harmonia. O século corrente, porém, trouxe à tona uma série de questões sobre as práticas exercidas e sobre o que de fato reconhecemos como representatividade cultural e liberdade de expressão, isto é, “à suposição de que o alargamento técnico dos meios, o aumento da transparência social e a reciprocidade comunicativa fossem capazes de dinamizar os focos gerativos de cultura” (SODRÉ, 2019).

Na mesma medida em que vemos crescer de maneira extraordinária a tecnologia e seus impressionantes recursos, percebemos a dificuldade humana em compreensão e razoabilidade. Ficamos a assistir uma voz avassaladora que toma vulto em pouco minutos, impulsionada por robôs e mecanismos de compartilhamento de informação massiva, que tem como produtor e juiz algoritmos que decidem sobre a relevância e sobre a formatação da informação que é disseminada.

Neste sentido, entendemos a comunicação não como um aparato de suporte técnico, mas como o um ponto de inflexão sócio-organizacional, em que as populações “teleguiadas” pelos imperativos do capital transnacional se alinham com os fluxos de dados de entidades humanas ou não (SODRÉ, 2019, s/p):

A articulação estrutural da mídia com organizações e instituições sociais, a comunicação eletrônica, por sua vez, converte as tecnologias da informação em dispositivos de *machine learning*¹⁴ e, por meio da rede eletrônica, introduz uma nova forma de ser e estar no mundo: com uma estrutura de interconexão invisível, em que tudo é, ao mesmo tempo, conexão e passagem na superfície reticular [...] assim como segredo criptográfico (com horizonte de tecnologia quântica) nos subterrâneos operativos. Trata-se de verdadeiro oligopólio, ao mesmo tempo econômico e cultural – mas predominantemente maquinal – das variáveis que compõem a existência do sujeito em sua cotidianidade.

Desta forma, é possível verificar que a hegemonia do capital financeiro, da cultura algorítmica do poder tecnológico, tem criado um vácuo de poder institucional que vem se alastrando e colocando em xeque instituições e a máquina pública, que estão corroendo as

¹⁴ Em português, aprendizado da máquina: uma programação usada nos computadores, formada por regras previamente definidas que permitem que os computadores tomem decisões com base nos dados prévios e em dados usados pelo usuário (DEVELOP CURSOS, 2019).

ligações entre população e Estado. E, ainda que essa disposição possa sugerir um acontecimento inédito, verificamos se tratar de mais uma faceta do conhecido jogo hegemônico.

Cada período histórico é marcado por necessidades e características sociais específicas. Essas características vêm da estrutura da sociedade, dos tipos de relações existentes, modo de vida, da organização econômica, política e dos tipos de comunicação entre as pessoas. A cada nova quebra sócio temporal essas estruturas se alteram. Mudam também os modos de poder, formas de influências, modelo de lideranças e padrões de relações entre as pessoas (BRAUDEL, 2007).

A nossa concepção e entendimento de cultura já não pode ser dissociada da nossa consciência de dados. Inclusive, saber ler estes dados, entender sua apresentação na superfície correlata, é ter posição privilegiada nesta sociedade hiperespetacular (LIPOVETSKY; SERROY, 2011) – dado que elas nos apresentam, de forma muito específica, padrões e comportamentos de nossa atualidade.

Não podemos encerrar em fins monetários, ou para poucos, uma nova linguagem, códigos e leitura que propiciem uma nova interação com o mundo e suas proposições. Faz-se necessário garantir ao usuário desse mundo digital que atue com consciência ativa do que recebe e o que produz de dados, dos seus vestígios e de como sua interação e manifestação de mundo é encarada social e mercadologicamente. Subverter a ordem hegemônica que controla o mundo, não só digital, começa por essa construção consciente de um novo posicionamento sociocultural, que nos tempos de hoje, perpassa obrigatoriamente pelo mundo em dígitos.

Diz-se que o grande empreendimento do Ocidente é a mercantilização do mundo, de tudo entregar ao destino da mercadoria. [...] Estamos assistindo, além de ao materialismo mercantil, a uma semi-urgência das coisas através da publicidade, da mídia, das imagens. Até o mais marginal, o mais banal, o mais obscuro estetiza-se, culturaliza-se, “musealiza-se”. Tudo é dito, tudo se exprime, tudo toma força ou modo de signo. O sistema funciona não tanto pela mais valia da mercadoria, mas pela mais-valia estética do signo (BAUDRILLARD, 1991, p. 23).

Precisamos, por fim, estar interessados em discutir fundamentos teóricos e conceituais e, através da análise e de experimentos, encontrar os geradores de sentido e conhecimentos que compreendam cada vez mais áreas, que sugira reflexões de variados pontos de vista, intersecções, que auxiliem na construção de uma nova epistemologia. Ressignificar e produzir conhecimento é vital na construção do saber humano – e urge.

4. O PRÍNCIPE DIGITAL NA ERA DO *BIG DATA*

“A força da alienação vem dessa fragilidade dos indivíduos, quando apenas conseguem identificar o que os separa e não o que os une”

(Milton Santos)

Com essa citação de Milton Santos avançamos para o último capítulo dessa dissertação, que tem por intento discorrer sobre o *Príncipe Digital* em tempos de *Big Data*, as práticas e meios que o atual Príncipe parece se valer para arrebatar seus súditos.

Milton Santos (2000) disse que nunca na história da humanidade tivemos tantas condições técnico-científicas para construir o mundo da dignidade humana. No entanto, essas condições não foram distribuídas, socializadas, partilhadas entre iguais de forma a garantir a dignidade indicada por Santos. O capital, a política, os interesses privados não permitiram que esse tempo desejado por Santos chegasse a nós.

Dado que a técnica nunca aparece isolada (SANTOS, 2000), é possível constatar que o *Príncipe* hegemônico, fruto paradigmático do tempo histórico a que pertence, vale-se das mais sofisticadas práticas e suportes informacionais para atingir seus objetivos. Os dispositivos conectados em rede figuram como o objeto que reúne o que temos de mais avançado em técnicas e práticas. A ubiquidade e a instantaneidade aprofundaram os tentáculos financeiros do capital (BUCCI, 2009), que se movimentam de maneira ininterrupta. Nosso tempo-espço comum também fora sensivelmente modificado: orquestrado pelos donos da velocidade e capitães da força motriz corrente, passamos a interagir, trabalhar, consumir, circular informações sob a mesma lógica.

Nos anos 30 do século XX, já era perceptível o impacto que as novas tecnologias de comunicação provocaram nas esferas sociocultural e política. O nazismo, que tomou a dianteira no uso das novas tecnologias e da mídia em geral, inaugurou uma nova estética no campo político: Hitler trouxe dramatização ao discurso político, acompanhado de luzes e música, além de um sistema de propaganda que combinava diversas frentes na modelização da sociedade alemã (MURDOCK, 2018). A sofisticação se espalhou para outros regimes, em tempos diversos. Comunicação, informação e propaganda se entrelaçaram. Segundo Ianni (1999) assim se iniciou um deslocamento radical do lugar da política e do modo de construir hegemonias e soberanias em todo o mundo.

“Estética” é um termo originado do grego *aisthesis*, que podemos entender como uma capacidade de entender e sentir o mundo. Em poucas linhas, se trata de um ramo da filosofia dedicado ao estudo das artes e da sensibilidade. O entendimento sobre o campo e sua ontologia, no entanto, variam de acordo com o tempo em que se é estudado. De toda maneira, seu estudo nos remete sempre à dimensão da sensibilidade – tendo em conta que a etimologia da palavra faz referência a “sensível” (CASEY, 2010, p. 1).

Sem prejuízo, podemos concluir que a estética altera as percepções. Essa é a sua função. Seja diante de uma obra de arte, quando lemos um livro, assistimos a um concerto ou ouvimos uma canção, é possível detectar que há um impacto proporcionado pela exposição a um determinado estímulo, capaz de nos influenciar, modelizar e disciplinar. Ou seja, capaz de nos cooptar através dos sentidos a partir de uma determinada forma de ver, escutar e entender o mundo (CASEY, 2010, pp. 1-5).

O neoliberalismo tomou as rédeas desse controle estético, sociocultural e político. As novas tecnologias passaram a ser fomentadas e programadas pelas grandes organizações de capital transnacional, agências governamentais, entidades religiosas, além de indivíduos e entidades com interesse em agir política e socialmente na esfera pública.

Assim, é possível depreender que o conjunto de técnicas que suportam as formas como hoje circulamos informações, como nos entretemos e nos sociabilizamos no âmbito digital, produzida por engenheiros, designers, técnicos, é capaz de condicionar os sentidos e entendimentos dos usuários.

Octavio Ianni já nos explicava tal característica dos meios, nesse caso, apontando como o *Príncipe Eletrônico* tinha entranhado essa técnica. Sem agravo, é possível estendermos a mesma lógica para a versão digital do Príncipe:

Em escala crescente, predominam as novas tecnologias da comunicação, informação e propaganda, às vezes com objetivos democráticos, mas em outras e muitas vezes com objetivos autoritários. Sim, porque as novas tecnologias estão organizadas em empresas, corporações ou conglomerados, como empreendimentos capitalistas articulados com grupos, classes ou blocos de poder predominantes em escala nacional ou mundial (IANNI, 1999, p. 22).

As tecnologias desenvolveram-se por e a partir das redes – ao mesmo tempo que desenhavam a modernidade emergida do mundo virtual. Passou-se, então a perceber o poder de palco que a cibercultura trazia consigo – além da clara, e fundamental, alteração do tempo e o

espaço geohistórico, da memória, do esquecimento¹⁵ do sentido de plural e de compartimento. Manovich (2000), deu-nos diretrizes importantes para essa compreensão quando disse sobre o domínio da multiplicidade, da descontinuidade, da fragmentação, nessa nova lógica paradigmática do banco de dados.

Seguimos, portanto, com o intuito de reflexão sobre como a faceta digital do *Príncipe* articula seus domínios, conquista seus aliados e capilariza seu *modus operandi*.

4.1 Computação cognitiva e a comunicação

O capitalismo financeiro e comunicação andam de par a par, no mundo globalizado. O *Príncipe Digital* tem a financeirização e a sociedade hiperconectada como alicerces fundamentais de sua constituição (BITTENCOURT, 2016).

Segundo Sodré (2021), o capitalismo em sua versão atual suprimiu o espaço pelo tempo. A nova ordem tecnossocial passou a modelar e avalizar as experiências que antes deveriam ser permitidas e legitimadas pelo cidadão comum. Os dispositivos de mídia passaram a conduzir e administrar emoções, sentimentos e afetos. O neoliberalismo, em sua faceta digital, passou a produzir também riquezas imateriais, tomando a condução de algo tão substancial às relações humanas (SODRÉ, 2021).

Nesse sentido, aquilo que reconhecemos como sociabilidade de plataforma é uma construção técnica, uma construção manipulada por algoritmos, que geram bolhas participativas. Nessa nova forma cultural, o monopólio é propriamente simbólico, não implica em efeitos diretos de controle econômico, mas de comportamento, de atitude, portanto de restrição à autonomia do sujeito – autonomia do ser humano. Na prática, trata-se de um novo ambiente imaterial com normas próprias de coexistência e de circulação do discurso. O que compartilhamos efetivamente na rede não é o substrato do diálogo, não é a fala, nós compartilhamos a atenção dispensada por atores humanos e atores maquinais como robôs programados por dispositivos (ROMANINI, 2019).

É importante pontuar que mediação se refere à “ação de fazer ponte ou fazer comunicarem-se duas partes” (SODRÉ, 2002, p. 21), já a midiatização é “uma ordem de mediações socialmente realizadas no sentido da comunicação entendida como processo

¹⁵ Há um debate em torno do direito ao esquecimento na internet que vêm mobilizando juristas, historiadores e cientistas de diversas frentes que questionam o controle do indivíduo sobre a sua vontade de não ser lembrado. Questão que perpassa o Marco Civil da Internet (2014) e a Lei Geral de Proteção de Dados (2018) (DIREITO, 2021).

informativa” (ROMANINI, 2019, s/p). Ou seja, pressupomos que há algo ou alguém que intercala o diálogo com o usuário final. Tratando-se da mediação, entendemos que há uma intervenção direta dos mecanismos programados por algoritmos, sendo os sujeitos absorvidos e adequados às imposições mercadológicas. De uma forma simplificada:

na mediação há uma imagem e algo que se interpõe entre o indivíduo e o mundo para construir o conhecimento; na mediação, desaparece a ontologia substancialista dessa correlação, e o indivíduo (ou o mundo) é descrito, ele próprio como uma imagem gerida por um código tecnológico (SODRÉ, 2021, p. 108).

Nessa perspectiva, a mediação seria o meio que rearticula e conduz os sentidos de compreensão que cabe ao sujeito, que Sodré nomeia como *bios midiático*, ou seja, uma forma de vida paralela, que se consolida na construção do comum a ser propagado. Esse mecanismo é o que remodela valores e as práticas de forma cada vez mais veloz (SODRÉ, 2021, p. 115).

O conceito propõe um novo conjunto teórico multidisciplinar para revistar questões antigas, e fundamentais, no entrelaçamento da comunicação, os *media*, a cultura e a sociedade. Assim, o termo mediação é utilizado para denotar a importância intensa e transformadora da mídia na cultura e na sociedade (SODRÉ, 2021, p. 116).

Devemos ponderar, inclusive, sobre o papel do humano nessa conjuntura: se nesse novo desenho promovido pela tecnologia que opera o mundo seremos apenas maquinistas passíveis de sermos ejetados da direção, conduzidos pelo design algorítmico, ou se seremos capazes de reinterpretar e reelaborar contextos e conceitos do processo comunicacional.

Sodré, nesse esforço, evoca a origem da palavra comunicação: *communicatio* (do latim) que tradução seria algo como ‘tornar comum’ e foi utilizada para estabelecer diálogo entre os deuses e os homens. E aqui o diálogo é entendido como construir conexões, independente de diferenças – é estar aberto à alteridade (SODRÉ, 2021, p. 111).

Precisamos discutir sobre essa nova sociabilidade promovida e programada pelo capital, através dos dispositivos eletrônicos conectados em rede, esse comum partilhado é constituído pelo material, mas também pelo imaterial, por afetos – como representação do laço coletivo.

O comum é sentido antes de ser pensado ou expressado, portanto, é algo que ancora diretamente na existência. O homem pensa porque existe, logo, é em comum. A contradição, que abriga o sentido da fala, se torna possível pela sensibilidade comum num lugar próprio, regido pela *communicatio*, que é outro modo – o modo dialógico – de dizer *societas* (sociedade). Isto é, referir-se ao companheiro (*socius*) que, pluralizado, constitui o pronome “nós” de um agrupamento humano ou da rede complexa de relações jurídicas e políticas em que se insere o cidadão de um Estado (SODRÉ, 2014, p. 104).

Pierre Dardot e Christian Laval (2015), também debruçados sobre essa questão, ponderam sobre a importância do comum como substantivo, e não como qualidade própria de um conjunto de coisas. O substantivo entendido como princípio, como essência, como aquilo possível de abranger pessoas, coisas, sentimentos e espaços.

No entanto, a programação algorítmica, que permeia e perpassa todas as nossas ações em rede, traz consigo a intencionalidade de atrair naquela ação a maior quantidade de atenção, aumento do uso de tempo da plataforma, engajamento de comentários, visibilidade, tudo isso acompanhado de muitas sensações e emoções provocadas por essa navegabilidade. A velocidade com que tudo isso ocorre no âmbito digital, lança-nos na seara da impulsividade, da falta de tempo hábil para a compreensão do que se lê e faz em rede, ampliando a possibilidade de reações e reverberações violentas, notícias falsas, linchamento virtual – na eleição instantânea de heróis e vilões, de mitos e bestas. Tudo subordinado ao humor do *Príncipe Digital*, que graceja aos seus eleitos o ápice (ainda que passageiro e/ou negativo).

4.2 Leitura e fruição do texto em tempos de *Big Data*

Aqui nos parece imprescindível ponderar a respeito do ato de ler e como ele se transformou em sua versão digital – além do possível impacto do *Big Data* nesse processo.

O historiador Roger Chartier há muito vem pesquisando sobre a transformação da leitura, desde o suporte livresco até eletrônico – que ele considera como revolucionário, por interferir diretamente nas maneiras de ler. Segundo ele, esses novos textos apresentam características próprias que impactam diretamente em nosso cotidiano. Já que o ato de ler, em si, já traz determinações institucionais e culturais (CHARTIER, 2003, p. 18).

Nos capítulos anteriores dessa dissertação, discorremos com detalhes sobre a prensa de Gutenberg, que, em meados da década de 1450, transfigurou a circulação de informações, seu alcance e, sobretudo, educou mentes e corpos na organização social, cognitiva e de absorção de informação.

Nesse sentido, para Chartier, a representação eletrônica do texto muda completamente suas condições: substitui a materialidade do livro pela imaterialidade do texto sem uma localização específica; troca a relação de proximidade estabelecida no impresso pela manobrabilidade ilimitada do texto – que pode ter combinação de fragmentos diversos, com variadas ordens – diminuindo sensivelmente as limitações do texto impresso, impactando não

só no encadeamento dos eventos, mas na forma como se assimila a informação (CHARTIER, 1998, pp. 100-101).

Dessa forma, todos os textos lidos em tela promovem a mesma operação de nossa parte, independente do que se está lendo, seja livro, texto de jornal, receita culinária ou artigo acadêmico. Existe uma prática que não tem mais a distinção material para nos cobrar algum tipo de atenção ou postura diferenciada para captar o que é lido. Em última instância, é possível ler uma notícia de um jornal renomado, da mesma maneira que uma *fake news*. Cria-se, a partir disso, a primeira alteração ou até mesmo confusão dos leitores, que devem lidar com o desaparecimento dos padrões convencionais estabelecidos, visíveis e materiais, que nos permitiam diferenciar, categorizar e graduar os discursos (CHARTIER, 2003, p. 23).

O texto eletrônico, que é parte do cotidiano de uma camada significativa da população, traz diversas possibilidades de interação e intervenção, em comparação a composição tipográfica. Os hiperlinks dão a possibilidade de consultar instantaneamente um outro texto, imagens, vídeos, entre tantas referências, às vezes, sem sair da própria página de que se acessa o link, expandindo consideravelmente os caminhos que a leitura em tela, conectada em rede pode trazer. Claro que com o livro impresso é possível pinçar uma referência bibliográfica e se lançar em uma outra leitura. No entanto, a velocidade e a organicidade que o texto eletrônico e o hiperlink promovem tornam essa ação muito mais simples, rápida e intuitiva, figurando como ramificações, dando ao leitor o poder de roteirizar sua leitura (LANDLOW, 1995).

No entanto, justamente a rapidez com que se pode desbravar uma série de textos em busca do que se quer na internet pode também trazer falta de identidade e incoerência dos textos consultados. Nesse sentido, a materialidade do livro reúne, de forma consistente, a coesão daquilo que é proposto com a publicação. A fragmentação das informações, a não linearidade e a dispersão, já mencionados nesse trabalho em referência a Manovich, são também ponto de consideração por parte de Chartier (2003).

Portanto, é possível compreender que, mesmo um leitor atento às publicações e que busca referências e informações em sites de confiança, pode ser lançado de maneira despreziosa em algum site de promoção de notícias falsas, estando sujeito a replicá-las através dos aplicativos de mensagens instantâneas, assim como conteúdos inapropriados e falaciosos, sem perceber.

Aqui reside a importância de entender o desenho promovido pelas plataformas digitais, que colocam na mesma linha do tempo notícias, fotos, vídeos de entretenimento, músicas, discursos políticos, fofocas do mundo das celebridades e propaganda de produtos diversos,

encadeados pela lógica algorítmica. A plataforma, como mencionado anteriormente, cria uma teia de conteúdo, baseada no vestígio já capturado em rede, para que saltem aos olhos, enquanto os dedos deslizam, todo tipo de conteúdo que prenda a atenção, que gere comentário, que promova engajamento e ganhe “curtidas”.

Esse ciclo que alimenta e é alimentado pelos dados dos usuários, extraem correlações a partir dessas representações e constroem as bolhas de interações e hábitos nas redes sociais. Vai assim se montando um banco de dados com correspondências entre esses padrões, a sua representação como subjetividade. Esse conjunto de padrões correlacionados é sempre apresentado de forma estatística, a partir de uma lógica binária, com os parâmetros que são escolhidos pelo próprio detentor do algoritmo. Ou seja, ele seleciona os parâmetros que vão ser capturados, minerados, e essa exibição vai alimentar essa coleta da nossa representação nas redes (ROMANINI, 2019).

As técnicas de programação mais recentes são capazes de obter e processar dados de maneira mais eficiente. Podem também transformar em vantagens os problemas que até agora dificultaram o desenvolvimento de projetos de Inteligência Artificial, como imprecisão e confusão de dados ou a variedade imprevisível de contextos. (ROMANINI, 2019).

O poder exercido sobre a população não advém mais apenas dos aparelhos do Estado, mas sobretudo, dos grandes conglomerados internacionais que acumulam, mineram e comercializam incalculáveis volumes de informações adquiridas dos vestígios em rede. O *Big Data* figura aqui como a força motriz desse mecanismo, que com seu impressionante poder de processamento de dados consegue fazer inferências e conexões em uma velocidade inumana, que coloca as corporações em vantagem nesse jogo em busca da predição comportamental do usuário (SODRÉ, 2021, p. 117).

Essa predição comportamental pode contribuir sensivelmente para a diminuição de discursos e da alteridade que o usuário é exposto, dado que são apresentados aos sujeitos informações que estejam principalmente alinhadas às suas crenças e hábitos, enquanto informações colidentes, que poderiam promover contrariedade, conflito e reflexão, são suprimidas.

Por esse motivo o discurso recente sobre *Big Data* (CRAWFORD; MILTNER; GRAY, 2014), que parte cada vez mais de modelos comparáveis a processos mentais individuais. Os dados, ainda que sejam de ordem social, são elaborados por processos que costumam ser incompreensíveis para os observadores humanos.

Fernanda Bruno (2006), contribui com tema quando explica sobre a vigilância no ciberespaço e suas implicações para a produção de identidades e subjetividades. Ela explica como o monitoramento de ações, interações e comunicações no âmbito digital é convertido em informações que alimentam os bancos de dados e sistemas computacionais que pretendem antecipar preferências, tendências, escolhas, traços psíquicos ou comportamentais de indivíduos.

Na vigilância digital, o ritual do exame e seus procedimentos hermenêuticos são substituídos pelos perfis computacionais e seus procedimentos algorítmicos e estatísticos. Muitas vezes, o indivíduo não se oferece à observação nem como uma “presença” nem como uma totalidade ou unidade a ser interrogada, examinada, conhecida. Uma ação ou comunicação sua gera uma informação que, muitas vezes, corresponde a uma parcela ou fragmento de sua existência –consumidor, profissional, paciente etc. – e que irá figurar em bancos de dados ordenados segundo certas categorias gerais (BRUNO, 2006).

Outro aspecto trazido por Bruno (2006), ressalta que a comunicação entre indivíduos se converte quase que automaticamente em informações a seu respeito. Condicionando a maneira como o dispositivo irá cooptar sua informação e como a base de dados, por fim, irá categorizar seu comportamento em rede.

Rebeka da Guarda (2020) nos ajuda nessa definição, explicando sobre essa lógica a partir do caso do Instagram, mas que podemos estender, sem prejuízo para tantas outras redes sociais:

Com as informações coletadas e tratadas, o Instagram faz inferências sobre as possíveis características e gostos do usuário aos quais os dados pertencem, ou seja, a rede social cria uma espécie de representação do sujeito, à qual são atribuídos certos significados [...]. Embora não cite a palavra “algoritmo” o Instagram indica que faz a seleção de conteúdos e posterior personalização da experiência do usuário, direcionando, assim, os conteúdos aos quais cada pessoa terá acesso (GUARDA, 2020, p. 71).

Citando Floridi (2014), Rebeka explica sobre a “cultura proxy”, o processo que pondera sobre a possibilidade de as representações em ambientes digitais esvaziarem os sentidos e, assim, perdermos a conexão com a realidade, levando ao “descolamento da experiência sensível em prol da repetição de padrões digitais” (GUARDA, 2020, p. 73).

Tendo todas essas considerações em mente, somos impelidos a nos questionar sobre o efeito desse processo no espaço público e nas formas de produção. Segundo Sodré (2021, p. 160), estamos diante da “crise dialética da esfera pública”, pois é possível constatar cerceamento e redução dos debates promovidos pela esfera pública em função da “câmara de eco” (SODRÉ, 2021, p. 160) na qual está inserido e sendo fomentado o debate.

Cathy O’Neil (2017) usa o termo "arma de destruição matemática" para descrever as características mais danosas dos modelos algorítmicos: Obscuridade, Escala e Dano. O ‘Neil apresenta uma série de exemplos de como essas operações impactam a vida de muitas pessoas, enquanto elas tentam ir à faculdade, fazer empréstimos, são condenadas à prisão ou tentam encontrar ou manter um emprego. São casos cotidianos que evidenciam como lógica de ranqueamento, desempenho social e datificação¹⁶ tem causado transtornos nas vidas dos mais pobres.

Isso ressalta outro recurso comum das WMDs. Eles tendem a punir os pobres. Isto é, em parte, porque eles são projetados para avaliar grande número de pessoas. Eles são especializados em atacado e baratos. Isso faz parte do apelo deles. Os ricos, por outro lado, geralmente se beneficiam de entrada pessoal. Um escritório de advocacia de sapatos brancos ou uma escola preparatória exclusiva incline-se muito mais em recomendações e entrevistas cara-a-cara do que cadeia de fast-food ou um distrito escolar urbano sem dinheiro. Os privilegiados, vamos ver uma e outra vez, são processados mais por pessoas, as massas por máquinas¹⁷ (O’NEIL, 2017, p. 14, tradução nossa)

O principal argumento da autora é a tendência que as pessoas têm a acreditar cegamente nos algoritmos. O ‘Neil esclarece que as pessoas, normalmente, pensam que o algoritmo é um método inteligente e com baixíssima falibilidade para se chegar a uma verdade objetiva. No entanto, diz respeito, sobretudo, a entender para qual finalidade o modelo foi criado e o que a detentora do modelo está tentando realizar com os dados que captura (O’NEIL, 2017, p. 25). Além disso, na era do *machine learning*, a maioria das variáveis permanecerão um mistério “[...] os modelos serão extremamente eficientes, aparentemente arbitrários, e completamente inexplicáveis" (PRÓXIMA, 2018, s/p).

São conceitos apreciados por Romanini (2020), a respeito das mudanças que essa lógica binária produz à medida em que nós interagimos em ambiente digital e passamos a pautar as nossas condutas a partir das recomendações desses algoritmos. A realidade começa a se erguer de acordo com as predições que os códigos fazem, decorrendo na imposição dessa lógica, cada vez mais entranhada em nossa sociedade, que transforma nosso comportamento ao sabor do que os cálculos matemáticos propõem.

¹⁶ A datificação, de acordo com Mayer-Schoenberger e Cukier (2013), é a transformação da ação social em dados on-line quantificados, permitindo assim monitoramento em tempo real e análise preditiva.

¹⁷ Texto original: “This underscores another common feature of WMDs. They tend to punish the poor. This is, in part, because they are engineered to evaluate large numbers of people. They specialize in bulk, and they’re cheap. That’s part of their appeal. The wealthy, by contrast, often benefit from personal input. A white-shoe law firm or an exclusive prep school will lean far more on recommendations and face-to-face interviews than will a fast-food chain or a cash-strapped urban school district. The privileged, we’ll see time and again, are processed more by people, the masses by machines”.

Afinal, o meio é a mensagem, como a partir de McLuhan discorreremos alguns capítulos atrás. As formas lógicas que o meio permite para que esse conteúdo seja organizado e difundido nas redes sociais pelos algoritmos – que dependem do banco de dados e está ancorado na computação ubíqua – fazem com que a sociedade seja impactada pelas condições impostas por esses meios muito mais do que pelo conteúdo deste ou daquele modismo. Assim, o algoritmo está transformando a esfera pública, não exatamente o meme ou as *fakes news*.

Percebemos aqui as vestes do *Príncipe Digital*. E é possível notarmos, inclusive, que quem estiver alinhado ao seu regimento estará à frente do processo decisório sociopolítico, dado que ele é constituído e parte fundamental do que constitui essa nova lógica digital.

4.3 Comunicação Algorítmica?

Se a segunda metade do século XX nos trouxe a comunicação como território de uma nova utopia cultural, promovida pelo frenesi do tempo real e ubíquo, e a esperança de realizações coletivas em âmbito mundial, os tempos atuais nos apresentaram a dúvida diante da suposição de que o desenvolvimento técnico dos meios, o aumento da transparência social, a ampliação dos vínculos entre as pessoas e a reciprocidade comunicativa seriam capazes de ampliar nosso sentido de comunidade e cultura, aumentando o debate, a reflexão, a crítica diante do nosso comportamento social. Por fim, a tecnologia nos elevaria a uma nova possibilidade de sociabilidade e de conciliação das diferenças. Não aconteceu. Pelo menos por enquanto.

Milton Santos, em 2000, já nos falava sobre como essas possibilidades fracassaram e como o neoliberalismo aprofundava, de forma ainda mais veloz e perversa, seus domínios para extração de lucro (SANTOS, 2000).

Vinte anos depois do que disse Santos, vimos que a tecnologia eletrônica se proclamou indispensável graças à comunicação entranhada ao mercado e às governanças políticas. Percebemos que o solo seguro em que nossos passos eram lastreados estão se dissolvendo sob nossos pés, ante as pressões e movimentos do mundo capital, da desvalorização crescente do humano – seja pelo aspecto social ou econômico – promovida pela ascensão dos robôs, pelas transformações dos códigos, pela mudança das dinâmicas culturais e pela forma de organizar o mundo.

Vem o questionamento: que grau de liberdade, de civilismo, traz-nos realmente o universo da comunicação?

A relação e interação humano-máquina é um processo que constitui uma organização sistêmica. Sistema esse que ressalta as assimetrias de poder dentro desse ambiente. As influências não se equivalem, os benefícios e os impactos negativos são distribuídos de forma desigual entre seus participantes e comunidades. Os sistemas de aprendizados de máquina, por exemplo, são desenhados a partir do humano, mas continuam sendo tratados como forças invisíveis que moldam a vida e as oportunidades de incontáveis indivíduos.

Abeba Birhane traz algumas reflexões importantes sobre vieses algorítmicos e seus impactos. Entre outras considerações, a cientista cognitiva nos alerta que os algoritmos não têm capacidade de captar a indeterminação envolvida nos processos humanos dentro dos ambientes digitais. A ambiguidade, que é um elemento icônico, de possibilidades, que não tem fronteiras fixas, não é detectada pelo sistema numérico computacional (BIRHANE, 2021).

Os algoritmos não têm capacidade de alcançar a vagueza porque eles trabalham em sistemas binários, embora existam elementos probabilísticos, ao fim, serão sempre elementos binários entre o zero e um, entre o verdadeiro e falso, e não há, por isso, possibilidade de pensar interfaces que não sejam redutíveis a isso ou àquilo.

A predição comportamental é fundamentalmente restritiva e perigosa. Nesse sentido, as pessoas por trás do sistema de aprendizado de máquina (em termos de conceito, design, desenvolvimento e implantação), indivíduos e empresas são responsáveis pela realidade social injusta e prejudicial que estão criando (BIRHANE, 2021).

Criar categorias e traçar limites não pode ser uma escolha puramente mecânica ou técnico-científica, mas necessária e primeiramente ética e moral, sobretudo quando tal prática tem um impacto direto e tangível em vidas vulneráveis.

Precisamos observar que esses sistemas e plataformas são moldados com a mesma visão de mundo de quem os produz e financia. Significa, portanto, que a tecnologia está entranhada com os vieses que reproduzem as desigualdades e que retroalimentam essa disposição social. Esses desenhos e narrativas, que perpetuam estereótipos, são reproduzidos no ambiente digital, privilegiando um determinado grupo homogêneo de desenvolvedores que foram criados por essas mesmas narrativas (BIRHANE, 2021).

Precisamos pontuar, porém, que qualquer entendimento da relação homem-sociedade-tecnologia está sujeito a alterações e em constante mudança. Segundo Abeba, isso significa, em última instância, que a implementação do sistema de algoritmo e seu aperfeiçoamento requerem negociação contínua entre todas as partes interessadas. As opiniões e contribuições de comunidades desfavorecidas que são afetadas de forma negativa e determinante por decisões

algorítmicas precisam ser consideradas e ouvidas, de forma central, em todos os estágios do processo de design, desenvolvimento e implementação desses sistemas (BIRHANE, 2021).

Em nosso entendimento, justamente esses elementos de vagueza, de fluidez, de diversidade, de comunidade e de opinião, poderiam nos fazer avançar no sentido da justiça social digital. Os sistemas e plataformas poderiam conceber, afinal, um novo tipo de entendimento que abraçasse as diferenças inerentes ao mundo, ao invés de eliminá-las. Isso, sem dúvida alguma, requer uma transformação fundamental na concepção de sistemas tecnológicos e de quem os constrói.

4.4 Novas formas de comunicação, novas formas de dominação

A comunicação criou um novo modo "comum" de existência. Esse espaço é tecnicamente redefinido para que símbolos, imagens e números criem um mundo próprio, eletrônico e digital. O movimento não é mais apenas "físico". A gradual aceleração dos meios de transporte como trens, navios, automóveis e aviões, foi complementada e superada pelo fluxo gerado pelos dispositivos eletrônicos conectados, em termos de velocidade. Portanto, no marco dessa nova biosfera tecnológica, as formas ou sistemas de vida forjados na perspectiva da economia política são reorganizados ou administrados, com uma nova racionalidade social e existencial (SODRÉ, 2021, p. 46).

Esse conceito foi estendido a uma ampla gama de processos envolvendo palavras e números, sendo cada vez mais apropriado por máquinas inteligentes em uma base material e não material. A informação passou a referir-se a um grande fluxo, seja discurso matemático e/ou semântico, baseado na revolução contínua dos métodos e estruturas de produção, combinando a gestão empresarial com as telecomunicações e as tecnologias da informação. Agora, trata-se realmente de uma nova ordem social tecnológica, impulsionada pela informação em todos os níveis, que pode ser definida como a formalização universal da existência por meio das finanças e da tecnologia (SODRÉ, 2021, p. 47).

No mundo-zero dos valores e dos fins, a dimensão institucional da sociedade é assediada por um novo modo de ordenação, orientado por finanças, mercado e tecnologias da informação/comunicação. Isso implica uma ordem sociopolítica baseada num tipo de relação que predica a concorrência sem travas entre indivíduos supostamente soberanos e dá as costas à desigualdade social (SODRÉ, 2021, p. 89).

Assim, os algoritmos são códigos que definem uma série de procedimentos matemáticos e comportamento humano. Embora sejam o resultado da programação, sua expansão lógica

inaugurou a autonomia da tecnologia virtual com os robôs, por exemplo. A mídia e as palavras-código transformaram a lógica de controle e o modo de produção capitalista, do produtivíssimo competitivo à indústria economia digital: o consumo como sistema estratégico.

O pesquisador bielorrusso Evgeny Morozov, que vem se dedicando ao estudo do progresso tecnológico e suas consequências sociopolíticas, inicia o livro *Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política* (2018), argumentando, justamente, como a esperança da sociabilidade digital foi a força propulsora que inaugurou mercados para as empresas de inteligência e tecnologia. O que nasceu como pensamento hacker foi cooptado pelo neoliberalismo e convertido em políticas de vigilância e modelização cultural (MOROZOV, 2018, pp. 31-36).

A partir do início da recuperação de nossas últimas crises mundiais, foram que as *Big Techs* emergiram como mensageiras de um tempo futuro e prospero. Revogando para si o papel de preencher as lacunas que os governos deixavam, através da oferta de produtos e serviços, dispuseram de suas tecnologias e entretenimento em benefício da população, pedindo em troca dados e autorização de rastreamento de todas as atividades do dispositivo (MOROZOV, 2018, pp. 56-60). Seguindo a proposição de Morozov, não precisamos de muito para entender como essa lógica está fundamentalmente alinhada à lógica neoliberal e à privatização de setores ligados ao bem-estar social.

O autor chama atenção, inclusive, para o mecanismo utilizado pelas *Big Techs* para articular seus interesses. Muitas vezes em par com os governos, atuam na coleta de dados, auxiliando na rastreabilidade dos usuários em seu próprio benefício, seja para ter vantagem sobre outra empresa, sobre outro governo ou algum opositor ou dissidente. Eles agem em busca da manipulação de dados e na modelização de corpos e mentes. Não por acaso, têm conseguido distorcer e minimizar toda tentativa de regulamentação dos algoritmos, alegando que a ação pode implicar em perda de liberdade e, em última instância, na perda da democracia (MOROZOV pp. 81-87) – retórica muito similar a utilizada pelos defensores do neoliberalismo na década de 1990. Não é coincidência.

Aqui nos voltamos para uma consideração importante de Couldry e Mejias (2019), que em pesquisa sobre o colonialismo de dados, não apenas alertaram sobre os perigos dessas práticas prejudiciais existentes, mas, sobretudo, para o poder exploratório que os detentores dos modelos algoritmos possuem.

Couldry e Mejias (2019) explicam que esse novo tipo de relação humana permite a mercantilização dos dados extraídos, de forma tão expansiva e impetuosa quanto a ação de

apropriação de terras e recursos do colonialismo histórico. Com a diferença de que essa nova modalidade não tem um único polo de poder, o Ocidente, e sim dois: Estados Unidos e China.

Importante pontuar que o colonialismo resultou na dizimação de milhões de vidas nativas, com uso de violência atroz, e no esgotamento de vastas quantidades de recursos naturais – tudo para o enriquecimento de poucos. Utilizar o conceito de colonialismo de dados não significa fazer analogias rasas, mas traçar paralelos com o desenvolvimento das economias em escala global, práticas predatórias de extração de dados e a naturalização da apropriação de recursos (COULDRY; MEJIAS, 2019).

A discussão em torno do desenvolvimento e implementação de tecnologias, de forma geral, é sempre balizada por uma ânsia de “resolver problemas”, e quase não há consenso ou reflexão sobre a questão a ser superada (BIRHANE, 2021). Transfigurar essa visão em uma inteligência que nos permita enfrentar as injustiças do atual sistema e ferramentas como parte do movimento de libertação social nos parece urgente, em face da atual configuração em que estamos inseridos.

É necessário a realização de um esforço coletivo, amparados por leis e por responsabilização de empresas detentoras dos códigos e tecnologias, em prol de uma aplicação completamente nova e ética dos códigos. O percurso é longo, parece utópico, mas é necessário fomentar o debate e a luta em busca da pavimentação do novo caminho que queremos.

O ecossistema capitalista no qual os sistemas de Machine Learning são construídos e implantados apresenta um dos maiores desafios. Mesmo para os tecnólogos mais bem-intencionados, as estruturas de incentivo pressionam os indivíduos a desenvolver tecnologia que mantenha o status quo, exerça o poder existente e produza o máximo de lucro. A tecnologia que prevê uma mudança radical no poder (do mais para o menos poderoso) está em forte oposição à tecnologia atual que maximiza o lucro e a eficiência (BIRHANE, 2021, tradução nossa).¹⁸

Precisamos, afinal, reverter essa cidadania que serve de referência a essa nova qualificação histórica da existência – basicamente consumidora. Estamos diante da economia de mercado que se transformou em sociedade do consumo, o social passou a ser qualificado como capacidade de compra e venda ou de consumo. E é dessa forma que a agenda pública vem sendo pautada.

¹⁸ Texto original: “The capitalist ecosystem in which ML systems are built and deployed presents one of the greatest challenges. Even for the most well-meaning technologists, the incentive structures pressure individuals to develop technology that maintains the status quo, wields existing power, and produces maximum profit. Technology that envisages a radical shift in power (from the most to the least powerful) stands in stark opposition to current technology that maximizes profit and efficiency”.

A captura da atenção e da crença por circuitos neurais parece ser novidade da exposição do indivíduo a essa realidade. O argumento nele parece relegado ao segundo plano. Quando não, ao esquecimento. A veloz cooptação da atenção, dada pela maior quantidade de cliques e visualizações, coloca em risco a lógica do fato, a profundidade da reflexão e troca o poder de distinção pelo bárbaro espetáculo das redes – sempre acompanhado de muito barulho e emoções fortes. A racionalidade parece engolida da mesma forma vertiginosa que os assuntos tomam alcance nas redes. Em segundos.

CONCLUSÃO

“O velho mundo agoniza, um novo mundo tarda a nascer e, nesse claro-escuro, irrompem os monstros”

(Antonio Gramsci)

Para encaminharmos a conclusão desse trabalho, parece-nos importante retomarmos a questão inicialmente proposta: como, afinal, através da conceitualização teórica do Príncipe maquiavélico é possível enxergar padrões de dominação a partir de suportes informacionais.

A longa duração histórica, como entendeu Braudel, serviu-nos de respaldo para alçarmos esses longos voos pelos períodos históricos. Estudar cultura, suas reminiscências e práticas, autoriza-nos a percorrer um grande arco temporal, buscando por evidências, padrões comportamentais, que seguem permeando nossas práticas através dos tempos, dando-nos, assim, lastro na busca pelo entendimento de como somos influenciados cognitivamente pela forma como produzimos, compartilhamos e circulamos conhecimento e informações.

O manual de conquista da soberania e manutenção do *status quo* feito por Maquiavel (1532) deu-nos condições de entender como a cultura do letramento está fundamentalmente ligada àquela proposição. Afinal, os valores que circulavam junto com as palavras impressas, revolucionadas por Gutenberg, trouxeram consigo a organização social e cognitiva para que uma nova forma de Estado, política, ordenamento jurídico, comércio e sociedade se estabelecessem e se sustentassem.

O *Príncipe Eletrônico* postulado por Octavio Ianni (1999) mostrou-nos como, a partir do predomínio da televisão em nossas vidas, as fronteiras entre o público e o privado foram diluídas: a cultura, o cidadão, o mercado e o consumidor se entranharam. A instância da imagem ao vivo, explicada por Bucci (2003), ao que parece, serviu como uma espécie de preparação pedagógica do grande público para a realidade da internet. A televisão iniciou a audiência no gosto estético da forma, dos costumes; o apresentador, por exemplo, figura na TV como uma espécie de substituto técnico, independente do assunto abordado, estimulando, sobretudo, a passividade emocional, voltada para capturar a atenção pela distração (MCLUHAN, 1964, p. 287), lógica que vimos repetida e ampliada nas redes sociais.

A versão digital do *Príncipe*, de Maira Bittencourt (2016), dando continuidade à proposição de Ianni, revelou que a hegemonia corrente se corporifica a partir da junção de diversos atores, da opinião pública, da multidão de anônimos, dos porta-vozes que são eleitos e destituídos em poucos segundos. Ordenados pela força do capital digital – que é ubíquo, instantâneo – passamos fruir e construir conhecimento a partir do *ethos* algorítmico, que figura como uma força subterrânea desenhada e programada para cooptar nossos dados, nossas emoções e prever nosso comportamento. A lógica do banco de dados, conforme nos disse Manovich (2015a), é a mola propulsora desse mecanismo: o *Big Data*, é a bala de prata desse revólver que está apontado contra nós, no momento.

Hoje, quando vivemos num tempo de súbitas transições, capitaneadas pelas tecnologias, ficaram melhor contrastadas, e, portanto, melhor definidas, as formas que técnicas anteriores e seus correlatos suportes impactaram sociedades diversas. As novas tecnologias não são apenas de extensões do nosso corpo, mas da nossa mente, em última instância, como nos disse McLuhan (1964).

A linguagem também não pode mais ser compreendida apenas como um recurso do capital para espreitar-se. É na linguagem, pois, que ele se imprime e que se esconde, ao mesmo tempo. A linguagem fornece símbolos para as representações imaginárias, é um campo em que o sentido e as significações são fabricados para esconder a ausência, a carência e a alienação. É um campo no qual as relações de produção ocorrem de forma privilegiada e um campo no qual as mercadorias são construídas (BUCCI, 2003, p. 284).

Nesse cenário, toda tecnologia pode perfeitamente ser encarada como formas de subjugação e controle. McLuhan (1964, p. 386) disse: “a guerra pode ser vista como um processo de equilibrar duas tecnologias desiguais”. Seriam, então, as invenções, os ditos avanços uma constante ameaça para a sociedade? Estamos nós na iminência de uma nova grande guerra em função da chegada do 5G? Tecnologia que promete não só aumentar consideravelmente a velocidade em rede, de transações, downloads etc., mas, sobretudo, de dar conta da integração de trilhões de dispositivos permanentemente conectados em rede – que variam entre cafeteiras, carros autônomos, construções que nascerão “inteligentes”, entre tantas outras possibilidades (HIGA, 2016).

Não é objetivo dessa pesquisa ser nihilista. Tampouco fantasiosa, a ponto trazer respostas deste calibre a questões tão profundas e que exigiriam mais esforço impresso em páginas. No entanto, é objetivo, desde a primeira linha elaborada, propor reflexão e investigação sobre algumas formas de controle a que estamos sujeitos.

Parece-nos também que a forçosa transição para o digital figura tão traumática porque estamos (uma parcela considerável de nós), conectados às técnicas mecânicas, à leitura linear e mais lenta dos eventos e do mundo. A cultura escrita até hoje constitui a base e o modelo de todos os programas de mecanização industrial; concomitantemente, porém, mantém a mente e os sentidos de seus usuários na matriz mecânica, imprescindível para a manutenção da sociedade mecanizada.

Aprender este fato é indispensável à compreensão da era eletrônica — e da era da automação, em particular. Energia e produção tendem agora a fundir-se com a informação e o aprendizado. O mercado e o consumo tendem a formar um corpo único com o aprendizado, o esclarecimento e a absorção da informação. Tudo isto faz parte da implosão elétrica que agora se segue e sucede aos séculos de explosão e de especialização crescente. A era eletrônica, literalmente, é uma era de iluminação e esclarecimento. Assim como a luz é, ao mesmo tempo, energia e informação, assim a automação elétrica une a produção, o consumo e o ensino num processo inextricável (MCLUHAN, 1964, p. 393).

Essa automação é propiciada pela eletricidade que funciona como um acelerador da circulação da informação e provedor de armazenamento: aspectos fundamentais desse novo conjunto de técnicas. Nessa confluência entre o material e o imaterial, o que é registrado como código é traduzido em percepção e informação, assim, não é de se admirar que a organização social humana tenha ganhado contornos inéditos. Resta a questão, o que nos trará, por exemplo, a recentíssima tecnologia de armazenamento em nuvem, aliada a tecnologia 5G e a Internet das Coisas¹⁹, em que a indústria digital promete memória virtualmente infinita associada maximização de desempenho de sistemas e plataformas? Mais uma pergunta que precisaremos aguardar para entender do que se trata efetivamente.

Conseguimos depreender, portanto, que o *Príncipe Digital* consegue aumentar ainda mais o vulto de sua atuação a partir do *Big Data*, uma vez que a potencialidade da predição comportamental confere a ele vantagens poderosas na orientação de tomadas de decisão, seja de natureza política ou de consumo. A partir de nossas *timelines* e aplicativos é possível imputar vontades com grande margem de acerto, colocando ainda mais peso no braço algorítmico de atuação do nosso *Príncipe* corrente.

O *Príncipe Digital*, nesse contexto, capilariza suas práticas e institui suas diretrizes a partir do algoritmo — que, desenhado pelas grandes corporações, promove em seus traços numéricos a reprodução do *status quo* por meio do domínio em rede.

¹⁹ A “Internet das Coisas” é o termo utilizado para a tecnologia transforma itens usados no dia a dia dispositivos inteligentes conectados em rede (ZAMBARDA, 2014).

Assim, entendemos que o interessante na interação com algoritmos não é o que acontece no cérebro artificial da máquina, mas aquilo que a máquina diz a seus usuários e as consequências disso: o problema não é que a máquina possa pensar, mas sim introduzir e naturalizar ideias, práticas, costumes e números enviesados, aproveitando o desconhecimento do usuário sobre a intencionalidade intrínseca ao código. Amparado pelo que há de mais recente no campo tecnológico, o *Príncipe Digital* dita as regras do jogo, modifica-as durante a partida – e nós seguimos tentando identificar suas práticas.

Agora, contudo, na era do capitalismo superindustrial, quando o capital se torna imagem e quando o capital fala pelas mercadorias, ver e ouvir o que encenam e o que falam as mercadorias se tornou uma exigência vital (BUCCI, 2003, p. 284).

Parece-nos claro que o primeiro e mais importante passo na busca por proteção da sociedade civil e garantia da democracia seria impor limites ao *Príncipe Digital*. Talvez um tipo de Carta Magna, elaborada a muitas mãos, pudesse garantir balizas e regulamentação nas formas de atuação dessa força corrente, que hoje opera de forma tão solta, sem real responsabilização de suas ações e consequências. Delimitar as formas como as práticas se dão e estabelecer direitos e deveres de quem participa desse espaço, seria o começo da constituição de um ambiente digital mais seguro e justo.

Pekka Himanen, traz um ponto de vista alternativo importante em *A Ética Hacker* (2001), a partir da descrição dos métodos de trabalho daqueles que estão mais diretamente envolvidos no desenvolvimento de softwares, explica que o pensamento hacker pode eventualmente se tornar um caminho para a construção do ciberespaço baseado na produção e a circulação colaborativa, de partilha das produções e dos saberes. Para Himanen, a chamada ética do hacker tem sete características: paixão, liberdade, valor social, ética da web, participação ativa, atuação responsável e criatividade, todas as quais devem existir nos três aspectos principais da existência em rede que seriam trabalho, dinheiro e ética online (HIMANEN, 2001, p. 125-127). Apesar das críticas de Morozov expostas anteriormente, evocar o que seria o pensamento radical dessa ética propiciaria um novo fundamento para nossas formas de fruição, performance e representação em rede.

Todavia, entendemos também que o conhecimento que nos trouxe até aqui não vai nos tirar da situação em que estamos. Precisamos, a partir de um novo paradigma, mudar a forma como entendemos e vivemos no mundo. A Ecologia Profunda (ALVES, 2017), propõe, entre tantas ponderações, a subversão dos nossos valores pautados no egoísmo e no capital. Pensar que somos um grande organismo, vidas humanas e não-humanas, ecossistemas

interdependentes, a partir de um pensamento sustentável e colaborativo, sugere uma nova ética, novas formas de consumo e de ritmo de vida. Talvez a escassez de recursos, o aquecimento global, a extinção acelerada de espécies, obrigue-nos a refletir a partir dessa nova ótica.

Apontamos aqui a urgência na construção de teorias, bases jurídicas e de desenvolvimento de pesquisas que considerem os excluídos e mais afetados por esse processo, que garanta representatividade no mundo digital e fora dele. Acreditamos que essa construção se dará de maneira paulatina e, sobretudo, solidária. Pois, para criar essa rede colaborativa epistêmica que compreenda a periferia do capital e suas necessidades, serão necessários grandes e muitos esforços.

Algumas pautas progressistas poderão até surgir por parte do mercado, no que diz respeito as formas de consumo, novas formas de ser social, mas elas seguirão indiferentes e indefectíveis quanto à questão do abismo social aprofundada pela lógica do capital, da sustentabilidade, das garantias básicas de dignidade do ser humano.

Novas formas de dominação estão postas e seguem ameaçando, principalmente, a camada mais vulnerável da nossa sociedade. Assistimos assombrados o retorno de velhos fantasmas, que pareciam enterrados em porões dos tempos de Woodstock, ganharem voz pelas telas de nossos dispositivos digitais – que traz em sua esteira a ameaça à democracia, alimentada pelo discurso de ódio, notícias falsas e pelo valor de gozo (BUCCI, 2003) levado às últimas consequências.

Precisam estar na ordem do dia as nossas necessidades comuns: a saúde, a educação, condições dignas de existência, a diversidade, o direito a informação de qualidade. Precisamos lembrar do que nos une, ao invés de destacar o que nos separa. Não pode ser admissível que continuemos a negar a vida, a ciência e o amor.

Carecemos construir saberes que estejam para além da lógica individualista e instantânea da atualidade. Precisamos ser modernos. Seguramente precisamos. Mas precisamos também perceber a forma como a História prossegue, como somos e estamos subjugados pelo capital, que se traveste de novas cores, formatos e está mais veloz e destrutivo do que nunca.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W. Teoria da Semicultura. Trad. Newton Ramos de Oliveira, Bruno Pucci e Cláudia B. M. de Abreu. **Educação e Sociedade**: revista quadrimestral de ciência da educação, ano XVII, n. 56, dez/96. Campinas: Editora Papirus, 1996.
- ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- ALGORITMOS de redes sociais formam "bolha política" em torno dos usuários. **Canaltech**, 29 mar. 2016. Disponível em: <<https://canaltech.com.br/redes-sociais/algoritmos-de-redessociais-formam-bolha-politica-em-torno-dos-usuarios-60755/>>. Acesso em: 28/04/2019.
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- ALVES, José Eustáquio Diniz. Os oito Princípios da Ecologia Profunda. **Instituto Humanitas Unisinos**, 07 jun. 2017. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78noticias/568366-os-oito-principios-da-ecologia-profunda>>. Acesso em: 26/07/2021.
- BAGNO, Marcos. Linguagem. **Glossário Ceale**, s/d. Disponível em: <<http://www.ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/verbetes/linguagem>>. Acesso em:
- BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Trad. M. Lahud e Y. F. Vieira. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.
- BAKHTIN, M. **Problemas da poética de Dostoiévski** (1929). 2. ed. Trad. Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- BAUDRILLARD, J. **Simulacros e Simulação**. Lisboa: Relógio D'Água, 1991.
- BIRHANE, Abeba. The Impossibility of Automating Ambiguity. **MIT Press Direct**, v. 27, 2021. Disponível em: <<https://direct.mit.edu/artl/article/27/1/44/101872/The-Impossibility-of-Automating-Ambiguity>>. Acesso em: 21/06/2021.
- BITTENCOURT, Maíra. **O Príncipe Digital**. Orientador: Eugênio Bucci. 2016. 443 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, USP, São Paulo, 2016. 441 p. 2016. Versão eletrônica. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27153/tde-14092016-112629/pt-br.php>> Acesso em: 03/04/2020.
- BOFF, Felipe. Entrevista com Marshall McLuhan. Legendado. (1977). **Youtube**, 01 jun. 2013. 43 min 46 s, Color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=fvRMpSaGLE>>. Acesso em: 12 jan. 2020.
- BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOURDIEU, P. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais: a longa duração. *In*: BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História**. Trad. Jacó Guinsburg e Tereza Cristina Silveira da Mota. São Paulo: Perspectiva, 2007, pp. 41-78.

BRAUDEL, Fernand. Minha formação de historiador. *In*: BRAUDEL, Fernand. **Reflexões sobre a história**. São Paulo: Martins Fontes, 1992 [1972].

BRUNO, Fernanda. Dispositivos de vigilância no ciberespaço: duplos digitais e identidades simuladas. **Fronteiras - estudos midiáticos**, v. 8, n. 2, mai/ago 2006.

BUCCI, Eugênio. Em torno da instância da imagem ao vivo. **Revista Matrizes**, ano 3, n. 1, ago/dez 2009, pp. 65-79.

BUCCI, Eugênio. **Televisão objeto: a crítica e suas questões de método**. Orientadora: Dulcília H. Schroeder Buitoni. 2003. 289 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, USP, São Paulo, 298 p., 2003. Versão eletrônica.

BUCCI, Eugênio. **Brasil em tempo de TV**. São Paulo: Boitempo, 2000.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: UNESP, 1998.

CHARTIER, Roger. Formas e sentido. *In*: CHARTIER, Roger. **Cultura escrita: entre distinção e apropriação**. São Paulo: Mercado de Letras, 2003.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

CHRISTIAN, Brian; GRIFFITHS, Tom. **Algoritmos para viver: A ciência exata das decisões humanas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

COULDRY, Nick; MEJIAS, Ulises. Data colonialism: rethinking big data's relation to the contemporary subject. **Television and New Media**, v. 20, n. 4, pp. 336-349, 2019. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1527476418796632?journalCode=tvna>>. Acesso em: 02/01/2021.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci, estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

CRAWFORD, Kate; MILTNER, Kate; GRAY, Mary L. Critiquing Big Data: Politics, Ethics, Epistemology. **International Journal of Communication**, v. 8, 2014. Disponível em: <<https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/2167>>. Acesso em: 12/07/2020.

DARDOT, Pierre; LAVAL Christian. **Ensayo sobre la revolución en el siglo XXI**. Barcelona: Gedisa. 2015.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**. Capitalismo e Esquizofrenia. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

DEVELOP CURSOS. **Machine learning**: o que é? Facebook, 2019. Disponível em: <<https://hiin.facebook.com/2383388498383757/photos/a.2401031273286146/2438921559497117/?type=3>>. Acesso em: 03/01/2020.

DIREITO ao esquecimento e as liberdades de informação e de expressão, O. TJDFT, 15 mar. 2021. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/consultas/jurisprudencia/jurisprudencia-ementas/direito-constitucional/o-direito-ao-esquecimento-e-o-conflito-com-os-direitos-aliberdade-de-informacao-e-de-expressao>>. Acesso em: 23/05/2021.

FLORIDI, Luciano. **The Fourth Revolution**: How the Infosphere is Changing Human Reality. Oxford, Inglaterra: OUP Oxford, 2014.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**; v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**; v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**; v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GRAMSCI, Antonio. **Escritos políticos**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2004.

GUARDA, Rebeka Figueiredo da. **O self e suas autorrepresentações nas redes sociais digitais**: um estudo de perfis profissionais a partir da semiótica. Orientador: Anderson Vinícius Romanini. 2020. 175 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, USP, São Paulo, 2020. 175 p. 2020. Versão eletrônica. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27164/tde-05032021205841/publico/RebekaFigueiredodaGuarda.pdf>> Acesso em: 05/06/2020.

HIGA, Paulo. Por que o 5G vai mudar sua vida (mesmo que você não tenha nem 4G). **Tecnoblog**, 2016. Disponível em: <<https://tecnoblog.net/192393/5g-vai-mudar-sua-vida/>>. Acesso em: 20/07/2021.

HIMANEN, Pekka. **The Hacker Ethic and the Spirit of the Information Age**. Londres: Random House, 2001.

IANNI, Octavio. **Enigmas da modernidade-mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

IANNI, Octavio. O Príncipe Eletrônico. **Perspectivas**, São Paulo, n. 22, 1999, pp. 11-29.

LANDOW, George. **Hipertexto**: La convergencia de la teoría crítica contemporánea y la tecnología. Buenos Aires: Paidós, 1995.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2010.

LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. **A cultura -mundo:** resposta a uma sociedade desorientada. Tradução de Maria Lúcia. Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

LUPTON, Ellen; PHILLIPS, Jennifer Cole. **Novos Fundamentos do Design.** São Paulo: Cosac Naify, 2008.

MANIERI, Dagmar. O conceito de virtù em Maquiavel. **Revista Crítica Histórica**, ano VI, n. 11, pp. 128-147, jul. 2015.

MANOVICH, Lev. O Banco de Dados. **Revista Eco Pós**, Rio de Janeiro, v.18, 2015a, pp. 18-42. Disponível em: <https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/2366/2024>. Acesso em: 23/05/2021.

MANOVICH, Lev. Computação Social, Humanidades Digitais e Analítica Cultural. **Matrizes**, São Paulo, v. 9, n. 2, 2015b. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/111716>>. Acesso em: 02/02/2021.

MANOVICH, Lev. **The Language of New Media.** Cambridge: The MIT Press, 2000.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe.** Edição: Domínio Público, s/d [1532]. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action&co_obra=24134>. Acesso em: 22/10/2020.

MARCUSE, Herbert. **Contra-revolução e revolta.** Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial:** o homem unidimensional. Tradução de Giasone Rebuá. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** 10. ed. São Paulo: Hucitec, 1987.

MAYER-SCHONBERGER, V.; CUKIER, K. **Big Data:** a revolution that will transform how we live, work, and think. Londres: John Murray, 2013. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/259823367>>. Acesso em: 20/12/2020.

MCLUHAN, Marshall. Visão, som e fúria. In: LIMA, Luiz Costa (Org.). **Teoria da Cultura de Massa.** 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem.** São Paulo: Editora Cultrix, 1964.

MCLUHAN, Marshall. **A galáxia de Gutenberg:** a formação do homem tipográfico. São Paulo: Editora Nacional, Editora da USP, 1972.

MOTA, Ronaldo. Marshall McLuhan: o meio era mesmo a mensagem. **GZH**, 28 jan. 2017. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/noticia/2017/01/marshallmcluhan-o-meio-era-mesmo-a-mensagem-9609613.html>>. Acesso em: 09/01/2020.

MURDOCK, Graham. Refeudalização revisitada: a destruição da democracia deliberativa. **Matrizes**, v. 12, n. 2, São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/149601>>. Acesso em: 18/04/2020.

NARRATIVA. In: Google/Oxford Languages [Online], s/d. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=narrativa&rlz=1C1CHBD_pt-PTBR831BR831&oq=narrativa&aqs=chrome..69i57j0i512j0i433i512j0i512j0i433i512j0i512i5.1336j0j1&sourceid=chrome&ie=UTF-8>. Acesso em: 12/05/2021.

O'NEIL, Cathy. **Weapons Of Math Destruction: How Big Data Increases Inequality And Threatens Democracy**. Londres: Penguin Books, 2017.

PRÓXIMA revolução política será para controlar algoritmos, diz Cathy O'Neil. **Carta Maior**, 2018. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Midia-e-RedesSociais/Proxima-revolucao-politica-sera-para-controlar-algoritmos-diz-Cathy-ONeil/12/42471>>. Acesso em: 10/03/2020.

PÊCHEUX, Michel. O mecanismo do (des)conhecimento ideológico. In: ZIZEK, S. (org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, pp. 143-152.

ROMANINI, Vinicius. A Contribuição de Pierce para a teoria da comunicação. **Cadernos de Semiótica Aplicada**, v. 14, n. 1, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/casa/article/view/8082/5844>>. Acesso em: 27/10/2019.

ROMANINI, Vinicius. **Keynote talks: Post-truth and programmed sociality in the age of Big Data**. Comunicação verbal. Apresentação realizada no XII EBICC, em 19 set. 2019.

ROMANINI, Vinicius. Explicação sobre o método pragmático/semiótico de investigação. **YouTube**, 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ZiYrRa-Ax7g>>. Acesso em: 08/11/2020.

SANTANA, Wesley. Com lucro recorde em 2020, quarteto de big techs vale um terço do PIB dos EUA. **CNN Brasil**, 05 fev. 2021. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/business/2021/02/05/com-lucro-recorde-em-2020-quartetode-big-techs-vale-um-terco-do-pib-dos-eua>>. Acesso em: 07/02/2021.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnicocientífico-informacional**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

SODRÉ, Muniz. Sociedade Incivil e Barbárie. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 10 de nov. de 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2019/11/sociedade-incivil-ebarbarie.shtml>>. Acesso em: 03/01/2020.

SODRÉ, Muniz. **A sociedade incivil: Mídia, iliberalismo e finanças**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2021.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho**: uma teoria da comunicação linear e em rede. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

SODRÉ, Muniz. **A ciência do comum**: notas para o método comunicacional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SOUZA, Ramon de. O que são data brokers e como eles funcionam? **Canaltech**, 15 fev. 2021. Disponível em: <<https://canaltech.com.br/seguranca/o-que-sao-data-brokers-e-comoeles-funcionam-176757/>>. Acesso em: 21/07/2021.

VIEIRA, Nathan. Digital influencers: afinal, o que é ser um influenciador nas redes? **Canaltech**, 20 abr. 2020. Disponível em: <<https://canaltech.com.br/redes-sociais/digitalinfluencers-afinal-o-que-e-ser-um-influenciador-nas-redes-162554/>>. Acesso em: 12/04/2021.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e materialismo**. São. Paulo: Editora Unesp, 2011.

WILLIAMS, Raymond. **A ordem dos livros**: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Brasília: EdUnb, 1999.

ZAMBARDA, Pedro. ‘Internet das Coisas’: entenda o conceito e o que muda com a tecnologia. **Techtudo**, 16 ago. 2014. Disponível em: <<https://www.techtudo.com.br/noticias/noticia/2014/08/internet-das-coisas-entenda-o-conceito-e-o-que-muda-com-tecnologia.html>>. Acesso em: 22/07/2021.

ZUBOFF, Shoshana. **The Age of Surveillance Capitalism**: The Fight for a Human Future at the New Frontier of Power. New York: PublicAffairs, 2019.